

David Guimarães Coelho

**Modelos Neokaleckianos
em uma Perspectiva de Desenvolvimento
Regional**

Belo Horizonte, MG

2018

David Guimarães Coelho

Modelos Neokaleckianos em uma Perspectiva de Desenvolvimento Regional

Dissertação de Mestrado Acadêmico apresentada ao Programa de Economia do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre.

Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional

Faculdade de Ciências Econômicas

Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Orientador: Fabrício José Míssio

Co-orientador: Gilberto de Assis Libânio

Belo Horizonte, MG

2018

Ficha Catalográfica

C672m
2018 Coelho, David Guimarães.
Modelos Neokaleckianos em uma perspectiva de desenvolvimento regional [manuscrito] / David Guimarães Coelho. – 2018.
75 f.: il., gráfs.

Orientador: Fabrício José Míssio.
Coorientador: Gilberto de Assis Libânio
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional.
Inclui bibliografia (f. 67-73) e anexos.

1. Desenvolvimento regional – Teses. 2. Renda - Distribuição - Teses. 3. Economia - Teses. I. Missio, Fabrício José. II. Libânio, Gilberto de Assis. III. Universidade Federal de Minas Gerais. Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional. IV. Título.

CDD: 333.73

“Só um economista imagina que um problema é estritamente econômico.”
(Celso Furtado)

Agradecimentos

Todos os agradecimentos, assim como os sentimentos esdrúxulos, são naturalmente ridículos. E que bom que são.

Agradeço, primeiramente, à minha mãe. Obrigado por cada palavra, cada compreensão, cada saudade e pela capacidade quase infinita de sonhar junto. A maturidade chega, a vida adulta também, mas a ingenuidade de ainda ter uma heroína - com todas as suas falhas, virtudes e qualidades - persiste. Obrigado ao meu pai por cada apoio, carinho e por mostrar que reaproximação emocional não necessariamente perpassa por proximidade geográfica. À Camila e Gegê, obrigado por todas as maravilhosas conversas, os conselhos à distância e por uma compreensão às vezes até silenciosa e compartilhada, tudo isso conciliado com um pastel de chocolate, claro. À Maria Clara, obrigado por me ensinar a graça e a doçura nos maiores tempos de tribulação. Até porque ‘quem não arisca, não petisca’, não é mesmo? Voa alto mesmo, Maria. Ao Beto e à Angélica, agradeço por, mesmo a distância, terem sido exemplos de uma palavra de amor e de afeto. À minha avó, aos meus tios e primos, também um muito obrigado.

Agradeço aos professores que aceitaram o convite para comporem minha banca examinadora, possibilitando uma troca interessante de ideias em uma ciência que cada vez mais se priva disso e impõe-se como seita.

Um agradecimento especial aos meus orientadores, Fabrício e Gilberto. Ao Fabrício por sonhar esse projeto junto comigo desde o começo e pelo incômodo compartilhado de que a macro convencional e heterodoxa - e suas taxas de juros - não explicam muito de Brasil fora do eixo Sudeste/Sul. Obrigado pelos ‘puxões de orelha’ de escrita e por comprar o que eu tinha a dizer. Ao Gil, obrigado por ter me ensinado que um economista bom tem várias saídas de resposta - tudo isso sem perder nunca um senso crítico de transformação da realidade para algo mais justo e igualitário. Obrigado também por todo o cuidado e incentivo.

Agradeço a minha ‘família’ aqui de Belo Horizonte, em que uma casa nunca foi só dormitório. Nominalmente: Eduardo, Lucas, Tatiana, Isabel, Guilherme, Bruna e Woody. Cada tempo com vocês foi de uma preciosidade ímpar e me ajudaram a me sentir menos um *outsider* tão longe de casa. Cada momento de café, boemia, comemoração, mas, principalmente, pelos tempos de ouvir e se preocupar com o outro. Mais especificamente, obrigado Edu por me ensinar que olhares em silêncios têm mais carinho e admiração do que muita verbosidade. Ao Lucas por mostrar que uma convivência mais intensa de uma amizade já existente traz um monte de surpresa boa e afeto compartilhado. Obrigado, Guilherme, por me mostrar o que é amizade quase de irmão, com todas as implicâncias,

risos compartilhados e o apego demasiado por facas e panelas. À Isabel, obrigado por toda a imersão musical que até hoje ainda levo comigo com enorme zelo. À Tatiana, por me mostrar a enxergar algumas coisas por outros pontos de vista, sempre com bom humor. E, por último, um destaque mais do que especial à Ana Tereza, por se mostrar, desde o começo, como a pessoa que mais tenta me entender, compartilhar e aconselhar. E claro - verborragia e amizade andam juntíssimos também. Um obrigado à todas as outras pessoas, Lucas Carvalho, Camila, Rodrigo, Bill, Michel, Hugo, Alexandre, Bebel, Jéssica, Ian, Letícia, Lucas Feliceti, Guilherme Cardoso, Pedros, e tantos outros. Essa caminhada não teria sido a mesma sem vocês.

À Melissa, um muito obrigado pelo cuidado, açúcar, afeto, apoio e sonhos compartilhados nesses dois anos e meio. Por cada instante no qual você deu infinitas sugestões e tentou resolver os problemas - mesmo de longe. Por cada sorriso e gargalhada em cada queda e cada subida. Por me ensinar tanta coisa que eu nem sabia que existia de verdade para ser ensinado. Deixo aqui a minha gratidão mais pura e menos intencional.

A esse grupo maravilhoso que conservo de Fortaleza - Lucas, Duda, Bruno, Jamile e Talita - um obrigado por se mostrarem ainda presentes, companheiros e amigos. Entender que o 'isso está em toda a parte' assume infinitos significados subjetivos de cumplicidade e de sonhar pelo outro. Mas, principalmente, por aquela sensação de reencontro nunca parecer datada ou forçada, mas sempre incrível. Por mais memes de 'Choque de Cultura', mais segundas-feiras esticadas para conversarmos e nos identificarmos. Amizade isso que chama. À Jamile e Bruno, vamos um dia ainda combinar nossa viagem pra Minas Gerais de carro com a melhor *playlist*, passando de anos 80 pra o samba - mesmo que o Bruno reclame do último. À Duda e Lucas, agradeço por me trazerem lar onde quer que estejamos, de verdade. Ao Neto, obrigado por toda a ajuda e suporte e amizade e admiração que só cresce nesse polissíndeto louco de desencontros dessa vida. Talvez a maior verdade que você falou seja que eu 'sempre quero te copiar', afinal. Mas sim tentar copiar algo desse ser humano incrível que tu sempre se mostrou pra mim. A saudade cresce cresce, meu amigo, e como cresce.

Por fim, um muito obrigado à Belo Horizonte. Tanta coisa esdrúxula escrita não poderia passar sem uma reflexão do que é lar e o que nos faz ser lar. Curioso é ver que, nesses dois anos, esse conceito mudou tanto. Mudou de negação de origem pra aceitação do diferente, mudou de afirmação de onde vim pra incompreensão de onde estava, mudou e mudou às vezes só por mudar, já que a gente mesmo também muda. Talvez lar seja isso mesmo. Algo que sempre muda e que sempre falta, fazendo mudar tudo de novo para continuar faltando. Já diria Manuel Bandeira:

"Aqui faz muito calor.

No Nordeste faz calor também.

Mas lá tem brisa:

Vamos viver de brisa, Anarina."

A questão é que a brisa sempre muda, Anarina. Em Minas Gerais, ela toma a forma de uma manhã de sol aberto e vento frio - acompanhados sempre de um café.

Resumo

A teoria neokaleckiana interliga o arcabouço de demanda efetiva em um contexto dinâmico de forma que explicitamente considera o processo de distribuição de renda. Mais especificamente, analisa a exposição da demanda efetiva, sublinhando o papel que nela tem a distribuição funcional da renda. Assim, um fenômeno de ordem microeconômica (o processo de formação de preços que determina a distribuição funcional da renda) constitui-se em um importante parâmetro para a determinação do nível do produto. Esse segundo processo tem como elemento essencial o princípio da demanda efetiva, segundo o qual são os gastos que determinam a renda. Nessa perspectiva, aumentos de salários afetam tanto o lado da oferta, via maiores custos, como também o lado da demanda - via maior consumo agregado. Por sua vez, o processo de desenvolvimento econômico tardio por vezes se observou desbalanceado no ambiente regional, acentuando desequilíbrios e relações de dependência. Com isso em vista, a dissertação analisa, de uma perspectiva do modelo kaleckiano, o desenvolvimento regional para países de renda média. Tais países já apresentam uma estrutura de concorrência imperfeita e de mercado interno considerável, embora enfrentem uma relação centro-periferia no comércio internacional. Um modelo formal é construído admitindo-se que a economia nacional possa ser dividida entre uma região desenvolvida e outra subdesenvolvida. Buscando caracterizar essas regiões, admitem-se diferentes propensões a consumir e diferentes composições da variável demanda por investimento, incluindo os custos de transporte relativos como um aspecto regional crucial. Procura-se, assim, discutir a possibilidade de diferentes regimes de demanda e de acumulação para as diferentes regiões dentro de uma mesma economia. Em casos de regimes divergentes (de demanda e acumulação), argumenta-se que as políticas não discricionárias adotadas em âmbito nacional podem ampliar as desigualdades regionais. Dessa forma, políticas compensatórias surgem como uma alternativa necessária para diminuir tais distorções.

Palavras-chaves: modelos neokaleckianos. desenvolvimento regional. relação centro-periferia.

Abstract

The neokaleckian theory develops a framework that explicitly considers the role of the effective demand, particularly the impact of the functional distribution of income. In this context, microeconomic aspects, such as price formation and the consequent impact on profits and functional distribution of income, represent an important parameter to determine growth and product. Similarly, wages affect both the supply side, through costs, and the demand-side, due to a rise in the aggregate demand. The present work thus introduces this theory into an analysis of regional development in middle-income countries. Backward economic development has often presented uneven advances regarding regional aspects, reinforcing economic imbalances and trade dependence relations. These countries already present monopoly structures and a relevant domestic market, although still subjected to a center-periphery relation in international trade. We structure a formal model admitting a national economy that may be divided in two regions: a developed and an underdeveloped one. In order to characterize them, we assume different propensities to consume and distinct compositions of the demand for investment, including relative transport costs as crucial regional aspect. Once we introduce these aspects, we allow the discussion of distinct regimes of accumulation and demand for different regions within the same economy. In case of divergent regimes (demand and/or accumulation), we argue that nationally non-discretionary macroeconomic policies may reinforce regional inequalities. In this context, compensatory policies emerge as an alternative to diminish these distortions.

Keywords: neokaleckian models. regional development. center-periphery relation.

Sumário

Introdução	10
1 Os modelos kaleckianos	14
1.1 Estrutura de Preços em Mercados Imperfeitos e Teoria da Distribuição Kaleckiana	16
1.2 Modelos Estagnacionistas	18
1.2.1 Condição de Estabilidade Keynesiana	20
1.2.2 Regimes de Demanda e de Acumulação	22
1.3 Um Modelo Neokaleckiano Padrão	24
1.3.1 Os Regimes de Demanda e de Acumulação	24
1.4 Poupança Positiva dos Salários	27
1.5 <i>Overhead Labor Costs</i>	28
1.6 O Papel da Demanda Externa	30
1.7 Regimes de Produtividade e de Emprego	33
1.8 Conclusão	37
2 Um Enfoque Regional Subjacente aos Modelos Neokaleckianos	39
2.1 Acumulação de Capital e Crescimento	41
2.2 Desenvolvimento Distinto entre Regiões	42
2.3 Demanda Agregada e Desenvolvimento econômico	44
2.3.1 Consumo Agregado e o Efeito Demonstração	44
2.3.2 Relação Investimento-Poupança no Subdesenvolvimento	45
2.4 O Lado da Oferta Agregada	47
2.4.1 O Tamanho de Mercado	47
2.4.2 Estados de subdesenvolvimento, Heterogeneidade Estrutural e Relação Centro-Periferia	48
2.4.2.1 Restrições Externas ao Crescimento	51
2.4.3 Custos de Transporte em um Aspecto Regional	52
3 Um Modelo Neokaleckiano Regional	54
3.1 O Modelo	55
3.1.1 O Modelo da Região Desenvolvida	57
3.1.2 O Modelo da Região Subdesenvolvida	61
Conclusão	65
Referências	67

Anexos	74
ANEXO A Desigualdade Intraclasse e Variações no Regime de Demanda . .	75

Introdução

A abordagem kaleckiana divide a sociedade capitalista em duas estruturas de classe distintas; em geral, capitalistas e trabalhadores. As principais hipóteses subjacentes ao modelo envolvem diferentes propensões marginais a consumir e possíveis deficiências de demanda efetiva em um cenário oligopolista. Ao longo da literatura, a literatura enfatizou o papel duplo que os aumentos de salários têm com relação à demanda agregada. Primeiro, estes incentivam a atividade econômica sob a forma de um maior nível de consumo, dado que trabalhadores consomem mais do que capitalistas. E segundo, o papel destes aumentos na formação de maiores custos unitários em cenários de competição nacional e internacional. Tais custos se relacionam com a variável investimento através da importância da taxa de lucro realizada como variável de ajuste para a expectativa de rentabilidade futura.

A partir desse arcabouço teórico, a discussão centrou-se no problema da distribuição de renda, isto é, nos efeitos de alterações nos componentes funcionais da renda - mais particularmente, “os salários” e “os lucros”. Tais componentes são representados pelas classes de trabalhadores e de capitalistas, respectivamente. Assim, derivam-se dois principais regimes de demanda subsequentes: um regime de demanda é *wage-led* quando a demanda agregada, via utilização da capacidade, elevar-se após uma variação positiva dos salários reais e da parcela de salários na renda; caso contrário, um regime de demanda é *profit-led* quando um aumento da parcela de lucros na renda estimular a demanda agregada, via aumento da parcela dos lucros.

Os primeiros modelos kaleckianos, cujo foco explicita a distribuição funcional da renda em um cenário de concorrência imperfeita e de capacidade ociosa endógena, são os modelos de Harris (1974) e Asimakopulos (1975). Neles, aumentos da taxa de *mark-up* dos lucros atuam contraindo o produto e o emprego. Tais modelos são estáticos e assumem a demanda por investimento como exógena. Posteriormente, Rowthorn (1981), Taylor (1985) e Dutt (1987) assumem uma demanda por investimento endógena, sendo os regime de acumulação e de demanda obrigatoriamente *wage-led*. Esses modelos foram denominados pela literatura como kaleckianos/estagnacionistas. Contudo, Blecker (1989), Bhaduri e Marglin (1990) e Taylor (1990) mostram como isso pode ser revertido ao inserirem outros condicionantes, dando origem aos chamados modelos neokaleckianos. Nesse arcabouço, os regimes de acumulação e de demanda podem ser tanto *profit-led* como *wage-led*. A partir de então, avançou-se consideravelmente, tanto empirica (BOWLES; BOYER, 1995; STOCKHAMMER; ONARAN, 2004; ONARAN; GALANIS, 2013), como teoricamente. Os avanços teóricos centraram-se principalmente na variável investimento e não em mecanismos endógenos de distribuição de renda entre classes (STOCKHAM-

MER, 2017). Entre eles, há a inclusão de variáveis financeiras no ciclo (LAVOIE, 1995a; HEIN, 2007; RYOO, 2013; MICHOPLOU, 2014), a endogeneidade do progresso técnico (LIMA, 2004; STOCKHAMMER; ONARAN, 2004; NAASTEPAD; STORM, 2010; STORM; NAASTEPAD, 2013), a questão dos *overhead labor costs* (WEISSKOPF, 1979; ROTHORN, 1981; LAVOIE, 1995b; LAVOIE, 2016), entre outros.

Em geral, essa literatura não incorporou, contudo, uma questão regional. Segundo a abordagem estruturalista, o crescimento econômico é marcado pela heterogeneidade produtiva em países em desenvolvimento (FURTADO, 1964; PINTO, 1970). Isso amplia o escopo da discussão dos regimes de demanda, de emprego e de produtividade para além do já apresentado pela literatura. Há, portanto, a necessidade de uma discussão intrínseca de desenvolvimento econômico e de identificação de quais características serão diferentes na interação nos mercados dentro das regiões e entre elas. Em outras palavras, ao introduzirmos uma assimetria produtiva e de desenvolvimento entre regiões, distorções entre lógicas de crescimento regional emergem como uma possibilidade ainda não discutida pelos regimes de acumulação e de demanda agregada.

O presente trabalho busca, portanto, aprofundar modelos neokaleckianos de distribuição funcional da renda através de um enfoque regional. A principal hipótese é que diferentes regiões respondem diferentemente aos processos de acumulação de capital. Dessa forma, podem coexistir, em um mesmo país, regimes *profit-led* e *wage-led* durante o mesmo período. Isso amplia o escopo da discussão de conflitos para além do conflito de classes, inserindo-se também aqui o conflito inter-regional. Se a lógica de acumulação macroeconômica nacional e, portanto, das políticas macroeconômicas interligadas, estiver em divergência de algumas das dinâmicas regionais, o uso de políticas compensatórias pode interessar para correção dessas distorções. Isso dá relevância à hipótese levantada.

Para cumprir com o objetivo, essa dissertação propõe uma análise teórica a partir da construção de um modelo formal que leva em consideração diferentes hipóteses para duas regiões distintas em um mesmo país de renda média. Em outras palavras, supõe-se uma região relativamente mais subdesenvolvida e outra relativamente mais desenvolvida - embora ambas estejam inseridas em um mesmo país periférico e relativamente distante da fronteira de produção tecnológica mundial.

A estrutura oligopolista na qual o grau de utilização da capacidade é a variável de ajuste produtivo se mantém para as duas regiões. Contudo, hipóteses relativas a diferentes propensões a poupar são assumidas. Na região subdesenvolvida, a dualidade clássica do modelo kaleckiano é assegurada, na qual só capitalistas apresentam uma poupança significativa e os trabalhadores consomem toda a sua renda. Tal suposição é ancorada no argumento do ‘efeito demonstração’, o qual eleva a propensão marginal a consumir em regiões mais atrasadas. Na região desenvolvida, além de capitalistas e trabalhadores, é pressuposta também uma nova classe, representada por gerentes e os chamados *top wage*

income. A hipótese é de que esta classe também apresente uma poupança significativa. Isso representa um maior ‘vazamento’ de demanda agregada, repercutindo no multiplicador e podendo influenciar na definição do regime de demanda em questão. A pressuposição no que concerne a essa classe é que a sua propensão a poupar varia diretamente (embora de maneira não necessariamente linear) com o nível de desigualdade de renda pessoal da região. Isso possibilita uma interligação do debate entre a distribuição funcional e a distribuição pessoal da renda no que concerne diferentes propensões a consumir na distribuição da renda pessoal e os consequentes vazamentos de demanda já citados.

Os custos de transporte relativos também são inseridos na análise para caracterização das duas regiões, indicando diferentes níveis de lucratividade/composição da renda funcional regional. Isto é, admite-se que os investimentos em transporte, além de anteciparem sinalizações de mercado, criam economias externas para as empresas, aumentando sua produtividade e competitividade. Logo, é pressuposto que o custo de transporte relativamente à outra região é relevante em um cenário de competição inter-regional. Os empresários, ao saberem dessa vantagem comparativa, utilizam o seu grau de *mark-up* como variável de ajuste de maiores ou menores economias externas proporcionadas pelo ambiente inserido de forma a protegerem seu *market share* nacional. Por exemplo, em cenários externos de maior desvantagem de produtividade, i.e, maiores custos de transporte, os capitalistas diminuem seu grau de *mark-up* para manterem-se mais competitivos via preço no cenário comercial inter-regional. Essa relação é inserida no sentido tanto de reproduzir o arquétipo centro-periferia nos moldes da literatura da Comissão Econômica para a América Latina (PREBISCH, 1949).

O trabalho de dissertação seguirá a seguinte estrutura: O capítulo 1 apresentará uma revisão dos modelos kaleckianos e neokaleckianos, tanto em seu contexto histórico, como temático. Serão abordadas as principais considerações e alternativas que se utilizaram desde a década de 1980 para a análise dos regimes de demanda e de acumulação. Serão ainda analisados brevemente os regimes de produtividade e de emprego que se agregaram à discussão da distribuição funcional da renda. Ao final, ressalta-se a falta, na literatura corrente, de uma discussão acerca da problemática regional e da possível coexistência de mais de um regime de acumulação em um país.

O capítulo 2 abordará a problemática do desenvolvimento econômico nacional e regional, no que se refere a: i) diferentes estruturas de oferta de mão de obra, ii) diferentes taxas de crescimento e de produtividade entre regiões; iii) diferentes propensões a consumir; e iv) os custos de transporte como reflexos de produtividade e de externalidades fundamentais para determinação do investimento regional.

O capítulo 3 tratará de formalizar essa discussão através da proposição de um modelo matemático cuja intenção é analisar os efeitos sobre o crescimento de mudanças na distribuição funcional da renda em termos regionais. Para tanto, consideramos a análise

de duas regiões - uma subdesenvolvida e a outra desenvolvida - dentro de um mesmo país. Além disso, é assumida uma relação de centro-periferia tanto da primeira região para com a segunda, como da segunda para com o resto do mundo. Pretende-se, assim, explicitar o grau de subdesenvolvimento ainda presente na nação como um todo e seus efeitos sobre os regimes de demanda.

É importante ressaltar que tal objeto de estudo guarda semelhanças com o caso prático do Brasil, um país de renda média e de mercado interno significativo, cuja heterogeneidade produtiva e regional é evidente e relevante. Ao tomarmos as duas regiões mais populosas do país, o Nordeste e o Sudeste, sob um contexto de delineadas políticas de distribuição de renda funcional (i.e, bolsa família, valorização real do salário mínimo, previdência rural, etc.), observou-se uma assimetria em respostas de crescimento econômico¹. Além disso, há uma diversa literatura sobre efeitos de dependência comercial e de como políticas nacionais, na prática, reforçaram crescimentos regionais concentrados - no que perpassam as áreas fiscais, cambiais e tributárias (FURTADO, 1959; ARAUJO, 1995; ARAÚJO, 1999; ARAÚJO; SANTOS, 2009). Assim, a suposição de um esquema centro-periferia se reproduzindo também no quadro nacional ganha força. Além do mais, tais regiões apresentam uma estrutura produtiva característica distinta e de um relevante hiato de produtividade. Isso se reflete em diferenciais relevantes de salários e diferentes respostas de consumo em contextos de mudanças sociais. Assim, o trabalho ganha em relevância ao propor não só um modelo abstrato, mas um quadro mais amplo e atual de possíveis conflitos políticos mediante assimétricas taxas de crescimento em resposta a políticas públicas nacionais de caráter horizontal.

¹ Entre 2003 e 2015, a região Nordeste aumentou 1.4 p.p. em sua participação no PIB nacional vis-à-vis uma queda de 2.5 p.p. da região Sudeste em um contexto de aumento do *wage-share*.

1 Os modelos kaleckianos

A discussão em torno do pleno emprego levou à criação do conceito de demanda efetiva (KEYNES, 1936; KALECKI, 1939b). Keynes, em sua obra, trata principalmente de países já com algum grau de desenvolvimento, atentando sua abordagem para as oscilações do investimento como principal responsável por eventuais deficiências de demanda efetiva e, portanto, da condição de equilíbrio com desemprego involuntário. Isso se justifica, segundo ele, graças ao caráter expectacional dessa variável, sendo que os empresários tomam suas decisões em um futuro naturalmente incerto e impossível de ser calculado probabilisticamente (KNIGHT, 2012). Keynes (1936), Keynes (1937) inverte a lógica clássica e define o investimento como determinante da poupança, fazendo com que a oferta agregada, na prática, se ajuste à demanda agregada.

Em seguida, Harrod (1939) desenvolve o primeiro modelo de crescimento econômico. Tal modelo, de cunho pós-keynesiano, centra sua análise na acumulação de capital, na demanda efetiva e nas diferentes taxas de investimento - a garantida e a efetiva - sem haver algum mecanismo determinando um equilíbrio automático entre as mesmas. Assim, o crescimento econômico é marcado, em sua essência, por uma instabilidade que configura os ciclos econômicos.

Posteriormente, autores da chamada Escola de Cambridge - Robinson, Kaldor, Pasinetti - desenvolvem outros modelos de crescimento econômico incluindo o progresso técnico e evidenciando uma discussão sobre o papel da distribuição funcional da renda. Tais autores arguíram sobre a causalidade investimento-poupança, em que a determinação do investimento sobre a poupança é oriunda da chamada relação bilateral entre lucros e investimentos (ROBINSON, 1965). Isso se explica através da vontade das firmas em acumular. A acumulação determina então o nível de lucro obtido, o que, por sua vez, estabelece a taxa de lucro esperada do investimento. A taxa de lucro esperada se baseia na taxa de lucro corrente. Assim, a taxa de lucro atua definindo a própria taxa de acumulação das economias. Em equilíbrio, qualquer que seja a taxa de investimento, o nível e a distribuição da renda se ajustam de forma a induzir os lucros das firmas a carregarem uma poupança tal que iguale a taxa de investimento realizada. Para Robinson (*idem*), a taxa de lucro faz com que a poupança por unidade de capital justamente iguale a taxa de acumulação. Assim, a poupança é também uma função crescente dessa taxa de lucro.

Kalecki (1971) também admite a mesma relação bilateral entre lucro e investimento. Contudo, sua análise pressupõe uma estrutura de mercado oligopolizada. Tal estrutura é caracterizada por capacidade ociosa, inclusive no longo prazo, na qual as firmas possuem uma regra de *mark-up* para determinação de preços. Essa regra varia de acordo

com a capacidade de monopólio das firmas, determinando, a partir dela, a distribuição funcional da renda entre capitalistas e trabalhadores. Dadas as diferentes propensões a consumir entre as classes sociais, a taxa de crescimento da economia depende, no modelo, somente do consumo e do investimento dos capitalistas. Para Kalecki, um aumento do *profit-share* não determina maiores níveis de lucro. Contudo, tal movimento é acompanhado de um menor nível de renda agregada. Portanto, em seu modelo, a economia será sempre *wage-led*.

Os principais modelos kaleckianos/estagnacionistas cujo foco se divide entre a distribuição funcional da renda, os regimes de crescimento e uma demanda por investimento endógena são Rowthorn (1981), Taylor (1985) e Dutt (1987), os quais seguem Kalecki ao admitirem um regime de acumulação obrigatoriamente *wage-led*. A maior parte deles utiliza a função investimento como positivamente determinada tanto pela taxa de lucro como pela utilização da capacidade produtiva. Estes seguem Steindl (1952) ao endogenizarem a utilização da capacidade inclusive no longo prazo, determinando a taxa de acumulação dessas economias.

Contudo, Blecker (1989), Bhaduri e Marglin (1990) e Taylor (1990) modificam esses resultados ao incluírem, por exemplo, a demanda externa em um cenário de substitutos imperfeitos; ao substituírem a taxa de lucro pelo *profit-share* na função investimento; ou ainda, ao considerarem a possibilidade de uma poupança positiva a partir da renda dos salários, respectivamente. Assim, a literatura passou a permitir a possibilidade de os regimes de acumulação serem tanto *profit-led* como *wage-led*, dando origem aos chamados modelos neokaleckianos. Tais modificações serão melhor discutidas no decorrer do texto.

Esse capítulo visa resgatar os principais modelos representativos dessa abordagem para mostrar a lacuna existente no que se refere a aplicação dessas análises aos termos regionais - objetivo dessa dissertação. O capítulo está estruturado de forma a discutir tanto a estrutura principal dos modelos neokaleckianos de maneira mais detalhada, como também algumas das inovações ocorridas. Para tanto, a seção um irá discutir a estrutura de preços em mercados imperfeitos e sua resultante teoria de distribuição de renda funcional; a seção 1.2 irá tratar da formalização dos modelos estagnacionistas, de forma que o único regime de acumulação possível é *wage-led*; a seção 1.3 formalizará um modelo neokaleckiano padrão, centrando-se tanto na questão de estabilidade keynesiana, como nos regimes de demanda e de acumulação possíveis; a seção 1.4 abordará alguns dos desdobramentos possíveis quando se assume a hipótese de poupança positiva dos salários; a seção 1.5 abordará o tópico de *overhead labor costs* e como isso se relaciona aos modelos neokaleckianos e a hipótese introduzida na seção anterior; a seção 1.6 introduzirá alguns resultados quando se insere a demanda externa, dificultando a possibilidade de regimes *wage-led*; a seção 1.7 tratará de outros tipos de regime, como os de produtividade e os de emprego, atentando-se para questões como progresso técnico endógeno. Na última seção,

serão apresentadas as conclusões.

1.1 Estrutura de Preços em Mercados Imperfeitos e Teoria da Distribuição Kaleckiana

A teoria de preços de Kalecki deriva de sua teoria de distribuição funcional da renda (KALECKI, 1939a). Kalecki em geral distingue o preço de matérias primas e de bens finais. Na produção de matérias primas com oferta inelástica de mão de obra no curto prazo, mudanças de demanda levam a mudanças nos preços e, portanto, a mudanças na distribuição funcional da renda. Já na produção de bens manufaturados, além de outros setores (como transportes, construção e setor de serviços), mudanças de demanda levam a alterações no produto e na taxa de utilização da capacidade. Isso faz com que a taxa de utilização da capacidade nesses setores seja endógena. Logo, a distribuição funcional da renda na economia é determinada, em grande parte, por regras de *mark-up* caracterizada por mercados imperfeitos. É pressuposto que essas empresas assumem uma regra de *mark-up* sobre o custo marginal - assumido constante até a plena utilização de capacidade. Portanto, a determinação dos preços de uma firma é composta por custos unitários de matéria prima, custos unitários diretos do trabalho e lucros brutos unitários - que podem incluir *overhead labor costs*, pagamentos de taxas de juros, depreciação e outros tipos de pagamentos.

A regra de *mark-up* determinada por uma única firma se dá através da interação dela com outras firmas produtoras de bens semelhantes. Essa regra determina o chamado 'grau de monopólio' da firma. A distribuição funcional da renda é então determinada pelo *mark-up* de preço das firmas, pela relação dos custos unitários de mão de obra e pela composição da indústria na economia (KALECKI, 1954). Logo, com condições constantes de tecnologia de produção, um aumento do *profit-share* pode ser causado por aumentos da taxa de *mark-up*, aumento de preços de matérias primas e/ou mudanças na composição da indústria em favor de indústrias ou setores com maior *profit share* (HEIN, 2014). Mudanças de demanda também influenciam a estrutura da distribuição funcional da renda através variações de preços de matérias primas e de variações de produto que podem alterar a composição da oferta, conseqüentemente afetando o peso de cada firma dentro da indústria e a própria composição interindustrial.

Para Kalecki (1954), o grau de monopólio tem quatro determinantes. Em primeiro lugar, o grau de monopólio é positivamente correlacionado com o grau de concentração dentro de cada indústria ou setor. Um alto grau de concentração leva a uma maior liderança de preços e a formação de acordos tácitos ou carteis, aumentando o grau de monopólio e, conseqüentemente, a taxa de *mark-up*. Em segundo lugar, o grau de monopólio é negativamente relacionado com a importância da competição de preço relativamente a

outras formas de competição (diferenciação, marketing, entre outras). Em outras palavras, quanto maior for a relevância de outros tipos de competição além da competição preço, o grau de monopólio e a taxa de *mark-up* tendem a subir (KALECKI, 1954).

Em terceiro lugar, Kalecki afirma que os *overhead labor costs* podem afetar o grau de monopólio. Como o aumento desses custos levariam a um *profit squeeze*, os capitalistas podem atuar de forma a proteger seus lucros, aumentando os preços com relação aos custos unitários diretos. Por último, Kalecki (*idem*) afirma que o poder dos sindicatos tem um poder adverso sobre a taxa de *mark-up* e sobre o grau de monopólio. O argumento é que, de certa forma, firmas antecipam que um aumento na taxa de *mark-up* acima de um nível 'razoável' vai ser acompanhada de maiores pressões salariais dos sindicatos. Tais aumentos de salários resultantes levam a aumentos ainda maiores dos níveis dos preços finais, devido a esses maiores custos. Assim, decorre-se em uma menor competitividade relativa a outras firmas. Quanto maior a capacidade de organização dos sindicatos, portanto, maior a capacidade de redução do nível de *mark-up* e, conseqüentemente, de um maior nível de transferências de renda para os trabalhadores.

Contudo, é preciso ressaltar que a capacidade dos sindicatos de barganharem aumentos salariais vis-à-vis um menor nível de *mark-up* depende de uma certa heterogeneidade produtiva, a qual condiciona a capacidade de determinação de preços. Tais barganhas de salário seriam observadas tanto no nível da firma como no da indústria, de forma que, em indústrias ou firmas competidoras, não se observa tal aumento equivalente de custos unitários. Assim, a capacidade de um repasse de tais custos para os preços finais é diminuída. Mesmo caso se observa mediante competição com firmas estrangeiras - mesmo que o processo de barganha ocorra a nível nacional (HEIN, 2014).

Por fim, para Kalecki, o comportamento da distribuição funcional da renda no longo prazo vai depender da interação entre tais fatores desenvolvidos anteriormente, não se estabelecendo qualquer tendência com relação a mesma. Portanto, o *wage share* e o *profit-share* vão depender da evolução dos determinantes da distribuição funcional da renda, do grau de monopólio, da razão dos custos unitários de matéria prima, dos custos unitários de salário e da composição dos setores ou das indústrias na economia.

Steedman (1992) questiona tal formulação de preços de Kalecki ao argumentar a respeito de possíveis problemas de agregação quando se insere uma análise multi-setorial de insumo-produto inter-setorial. Como já descrito, para Kalecki, os preços de setores de serviços, indústria, transportes e construção seriam determinados pelos seus custos - custos unitários de trabalho, custos de matérias primas e a taxa de *mark-up*, sendo, portanto, *output determined*. O que Steedman argumenta é que, na prática, esses setores também seriam *price determined*, já que estes dependeriam de matérias primas e bens intermediários produzidos em outros setores. Logo, os preços de produto de um setor particular não dependeriam apenas do grau de monopólio do setor, mas também do grau

de monopólio dos outros setores.

Já [Sawyer \(1992\)](#) sugere que a crítica de Steedman pressupõe a criação de uma teoria geral de preços, a qual não seria o foco principal de Kalecki. Para o autor, a preocupação de Kalecki era muito mais com uma determinação de preços parcial em certos setores com graus diferentes de heterogeneidade com o objetivo de embasar teoricamente sua conexão entre o arcabouço micro com o macroeconômico via fatos estilizados. Isto é, a determinação de preços via *mark-up* determinando a formação da distribuição funcional da renda. Assim, o uso de um arcabouço verticalizado, em que os bens primários e intermediários são produzidos dentro do próprio setor, é válido diante de sua teorização macroeconômica.

1.2 Modelos Estagnacionistas

Os modelos pós-keynesianos de primeira geração, mais destacados em [Kaldor \(1955\)](#) e [Robinson \(1965\)](#) seguem uma estrutura de concorrência perfeita, no qual as firmas são tomadoras de preço, e em determinado momento seguirão à plena utilização da capacidade dos fatores ou à utilização normal de capacidade. [Rowthorn \(1981\)](#) afirma que, nesses modelos, as firmas respondem a alterações na demanda via variação de preços. Em casos de depressão de demanda, as firmas são então obrigadas a baixarem seus preços finais. Os salários, por sua vez, passam a estar em níveis relativamente elevados, levando a menores taxas de lucro. Sob essas hipóteses, é apresentada uma relação inversa entre acumulação de capital e taxa de lucro de um lado, e salários reais de outro. É sob esse arcabouço que [Marglin \(1984\)](#) escreve que “programas de esquerda” deveriam aceitar as limitações do capitalismo, já que a taxa de lucro *per se* governaria o investimento.

Em resposta ao artigo de [Marglin \(1984\)](#) e sua tese de que economistas progressistas deveriam aceitar que os salários reais deveriam ser controlados por se tratar de uma crise pelo lado da oferta, [Nell \(1985\)](#), em similaridade com [Bowles, Gordon e Weisskopf \(1984\)](#) e [Steindl \(1952\)](#), argumenta que capacidade ociosa em uma economia industrial é a regra e não a exceção. Tal autor argumenta que assumir plena utilização da capacidade resulta, na prática, em validar a Lei de *Say* e retirar a hipótese de demanda efetiva, desvirtuando o argumento keynesiano. O autor afirma ainda que a demanda efetiva é determinada pelo investimento, ou seja, pela acumulação de capital. O aumento da capacidade deve estar, portanto, em compasso com o crescimento da demanda. Além disso, aumentos do salário real tem efeitos positivos sobre o consumo agregado e, conseqüentemente, sobre a demanda, favorecendo a acumulação de capital em uma maior resposta do investimento.

[Dutt \(1987\)](#) tenta formalizar o argumento de Nell, em consonância com [Dutt \(1984\)](#) e [Rowthorn \(1981\)](#). A utilização total da capacidade não é então assumida. Logo,

a determinação de maximização das firmas torna possível uma redução do produto ao invés do preço. A utilização da capacidade produtiva é, então, endógena. A partir disso, assume-se que a função investimento das firmas inclui a utilização da capacidade e não só a taxa de lucro, seguindo o argumento de [Steindl \(1952\)](#). O resultado é de um cenário de regime de demanda e de acumulação necessariamente *wage-led*, em que um aumento do *wage share* resulta em uma maior taxa de acumulação de capital e de crescimento.

Formalizando esse modelo ([ROWTHORN, 1981](#); [DUTT, 1984](#); [TAYLOR, 1985](#)), é pressuposto uma economia fechada representada por uma firma representativa, na qual se produz apenas um bem no qual pode ser usado tanto para consumo ou para investimento. Os bens de capital não se depreciam, o governo não tem um papel ativo nessa economia e qualquer papel monetário será ignorado. Não há trabalho indireto. O produto pode ser consumido ou investido. O custo marginal e médio coincide, de forma que o trabalho é o único *input* variável requerido na produção. Seguindo uma regra de *mark-up* explicitada em [Kalecki \(1971\)](#), tem-se que:

$$p = \tau wb, \quad (1.1)$$

em que p é o nível de preços, $\tau > 1$ é a taxa de *mark-up* da firma representativa dessa economia, assumida constante. Como já argumentado, o *mark-up* representa o grau de monopólio das empresas. A variável w representa o salário nominal e b é o inverso da produtividade do trabalho, isto é, $b = Y/L$, em que L é o número de trabalhadores empregados e Y é o produto dessa economia. Dessa forma, a partir de (1.1), o *profit-share*, π , e o *wage-share*, φ são dados por:

$$\begin{aligned} \pi &= (1 - \varphi) = \frac{R}{Y} = \frac{\tau - 1}{\tau}, \\ \varphi &= \frac{w}{Y} = \frac{1}{\tau}, \end{aligned}$$

em que R é o lucro agregado dessa economia. Além disso, $0 < \varphi < 1$ e $0 < \pi < 1$.

Adaptando [Bhaduri e Marglin \(1990\)](#), definimos uma função poupança de forma que qualquer transferência de lucros para salários via maiores salários reais aumente o consumo e diminua a poupança. Normalizando a poupança agregada, S pelo estoque de capital, K :

$$\frac{S}{K} = \frac{s_\pi R}{K} = s_\pi \frac{R}{Y} \frac{Y}{K}$$

$$g^s = S/K = s_\pi \pi u, \quad (1.2)$$

em que g é a taxa de acumulação, s_π é a poupança da classe capitalista, e $u = Y/K$ é a taxa de utilização da capacidade para essa economia. Dessa forma, tem-se que trabalhadores não poupam e os capitalistas poupam uma parte de sua renda.

Definindo a taxa de lucro dessa economia, tem-se que:

$$r = \frac{R}{K} = \frac{R}{Y} \frac{Y}{K} = \pi u, \quad (1.3)$$

Já para a função investimento, segue-se o argumento de [Steindl \(1952\)](#) de que as firmas trabalham com utilização de capacidade ociosa para responder a movimentos não-antecipados de demanda, além da taxa de lucro. Assim, utilizando-se (1.3), temos:

$$g^i = \frac{I}{K} = \alpha_0 + \alpha_1 r + \alpha_2 u$$

$$g^i = \frac{I}{K} = \alpha_0 + (\alpha_1 \pi + \alpha_2) u, \quad (1.4)$$

em que I é o investimento agregado, normalizado pelo estoque de capital, e g é a taxa de acumulação dessa economia e todos os coeficientes são positivos. O intercepto, α_0 , reflete os *animal spirits* dos empresários, ou o grau de confiança do ambiente ([BLECKER, 2002](#)). O efeito positivo de r , expresso em α_1 pode ser definido por alívio da restrição financeira para crédito ou como *proxy* de rentabilidade futura. Já α_2 reflete o efeito acelerador via aumento da utilização de capacidade. O argumento é que os empresários desejam manter alguma utilização de capacidade ociosa, de maneira que consiga responder a movimentos inesperados de demanda. Assim, dada uma maior utilização de capacidade, o investimento responde positivamente de maneira a aumentar o estoque de capital disponível futuramente, recuperando tal grau de utilização desejado.

Igualando (1.2) e (1.4), de forma a satisfazer a condição de equilíbrio do mercado de bens, tem-se a utilização de capacidade de equilíbrio:

$$u^* = \frac{\alpha_0}{(s_\pi - \alpha_1)\pi - \alpha_2} > 0. \quad (1.5)$$

A condição $u^* > 0$ se dá para razões de intuição econômica. Se $\alpha_0 > 0$, logo $(s_\pi - \alpha_1)\pi - \alpha_2 > 0$. Tal inequação está relacionada com a condição de estabilidade keynesiana.

1.2.1 Condição de Estabilidade Keynesiana

A condição de estabilidade keynesiana afirma que a poupança reage mais fortemente que o investimento a mudanças na taxa de utilização de capacidade. Para o equilíbrio de curto prazo, a condição de equilíbrio keynesiana define uma forma de ajuste supondo que o curto prazo é suficientemente longo para que as firmas alterem seu produto e sua utilização da capacidade de acordo com a demanda agregada. Logo, a oferta agregada se ajusta à demanda agregada em todos os períodos. Os modelos que se utilizam dessa condição são chamados de ‘modelos de equilíbrio dinâmico’.

Seguindo a formalização de Lavoie (2010) com o objetivo de evidenciar a estabilidade de tal condição, é inserida uma distinção entre a utilização de capacidade efetiva e a esperada. Esta última representa a taxa de utilização de capacidade esperada pelos empresários no período corrente quando estes realizam o investimento - supondo que a oferta agregada irá se ajustar. É suposto que a taxa de investimento corrente seja em função, então, da taxa de utilização esperada e da taxa de lucro - em função da utilização de capacidade efetiva. Já a taxa de poupança é realizada também em função da utilização da capacidade efetiva. Formalizando:

$$g^i = \alpha_0 + \alpha_1 r + \alpha_2 u^e \quad (1.6)$$

Unindo as equações (1.3), (1.4) e (1.6), temos:

$$u^K = \frac{\alpha_0 + \alpha_2 u^e}{(s_\pi - \alpha_1)\pi} \quad (1.7)$$

em que u^K explicita a taxa de utilização de equilíbrio de curto prazo no ajuste keynesiano. Para explicitar o argumento, duas inequações são definidas - diferenciando-se acerca das inclinações entre as funções poupança e investimento. A primeira inequação define a condição de estabilidade keynesiana, na qual a inclinação da função investimento é menor que a da função poupança, i.e:

$$(\alpha_1 \pi + \alpha_2) - s_\pi \pi < 0 \quad (1.8)$$

Através de tal distinção entre as taxas de utilização de capacidade, as firmas investem em $g^i(u^e)$. Dado certo nível de acumulação de capital e dada certa propensão a poupar dos lucros, a demanda agregada é concretizada, induzindo as firmas a uma taxa de utilização mais baixa, u^K . Tal condição é observada através da Figura 1.

Caso contrário é exibido pela outra inequação, de instabilidade. Formalizando:

$$(\alpha_1 \pi + \alpha_2) - s_\pi \pi > 0 \quad (1.9)$$

Lavoie (2010) argumenta que a condição expressada na equação (1.9) ser de instabilidade ao inserir um mecanismo de expectativas adaptativas. A evolução da utilização da capacidade é determinada pela equação diferencial a seguir:

$$\dot{u}^e = \theta(u^K - u^e), \quad (1.10)$$

em que \dot{u}^e expressa a variação da taxa de utilização da capacidade esperada pelos empresários. Na condição expressa pela Figura 1, a taxa de utilização esperada e a realizada no

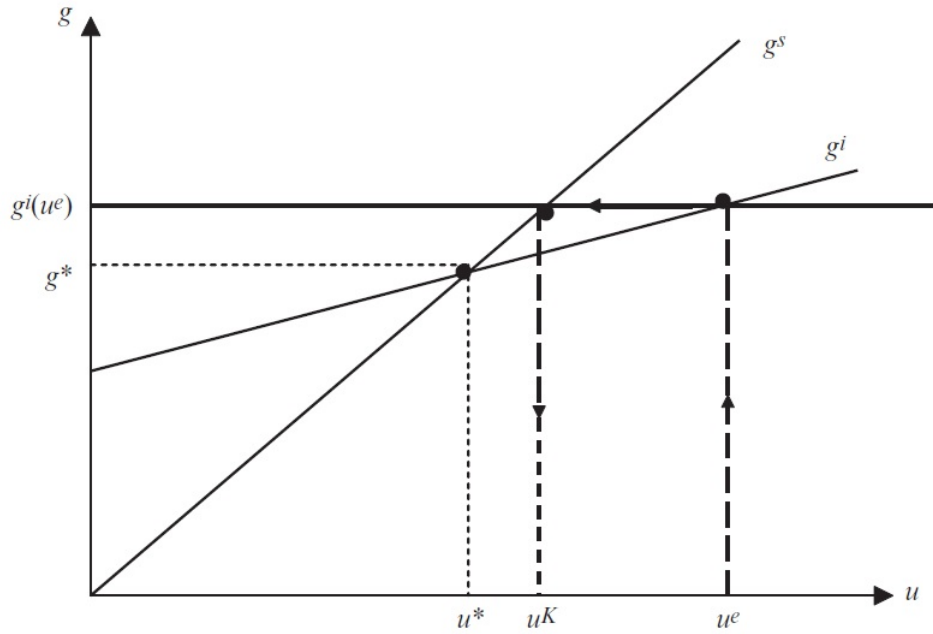


Figura 1: Condição de Equilíbrio Keynesiana

curto prazo irão convergir em direção à u^* . Essa convergência vem da percepção dos empresários de que eles foram otimistas demais para um dado cenário. Já no caso seguinte, ilustrado pela [Figura 2](#), observa-se que uma sobre-estimação da taxa de utilização de equilíbrio ($u^e > u^*$) afasta a utilização de capacidade efetiva da taxa de equilíbrio. Como mostra a [Figura 2](#), a taxa de utilização realizada resultante é ainda maior, i.e., $u^K > u^e$. Em tal cenário de expectativas adaptativas, erros de sobre-estimação estimulam os empresários a esperarem taxas de utilização da capacidade ainda maiores, afastando-os da taxa de utilização de capacidade de equilíbrio de (1.5). Portanto, definem-se estabilidade e instabilidade de maneira mais formalizada.

1.2.2 Regimes de Demanda e de Acumulação

Como a utilização da capacidade é endógena, supondo uma variação exógena do *wage-share*, temos:

$$\frac{d u}{d \varphi} = \frac{\alpha_0(s_\pi - \alpha_1)}{[(s_\pi - \alpha_1)\pi - \alpha_2]^2} > 0 \tag{1.11}$$

Assim, o regime de demanda será *wage-led*, já que uma variação positiva exógena do *wage-share* leva a uma subida da taxa de utilização da capacidade via menor estímulo à demanda agregada. Analisando agora a taxa de lucro de equilíbrio, i.e., $r = \pi u^*$, tem-se que:

$$r^* = \frac{\alpha_0(1 - \varphi)}{(s_\pi - \alpha_1)(1 - \varphi) - \alpha_2} \tag{1.12}$$

Derivando-a com relação ao *wage-share*, temos que:

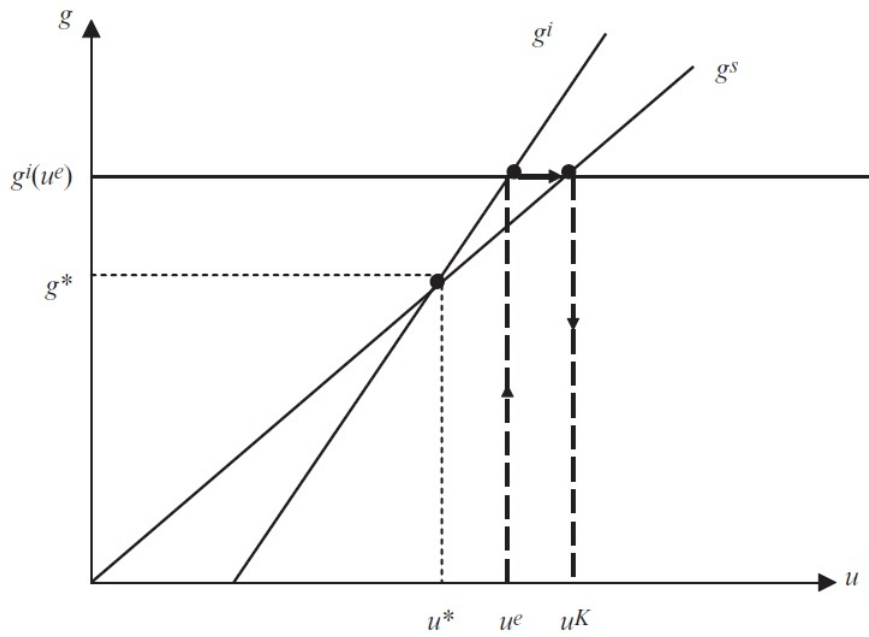


Figura 2: Condição de Instabilidade Keynesiana

$$\frac{d r^*}{d \varphi} = -u^* + \frac{d u}{d \varphi}(1 - \varphi) \leq 0$$

Assim, para caracterizarmos o regime como puramente estagnacionista, a taxa de lucro é assumida como positivamente relacionada ao *wage-share* (BLECKER, 2002). Isto é, o segundo efeito é colocado de forma que mais do que compense o primeiro, resultando em um sinal final indubitavelmente positivo ($dr/d\varphi > 0$). Ou seja, o regime de demanda é suficientemente *wage-led* de forma que mais do que compensa o efeito negativo do aumento dos custos unitários da trabalho na utilização da capacidade.

Já a taxa de acumulação também responde negativamente a variações positivas do *profit-share*. Utilizando-se (1.2), substituindo pela utilização de capacidade de equilíbrio e derivando em função de φ , temos:

$$\frac{d g}{d \varphi} = -\alpha_1 u^* + (\alpha_1(1 - \varphi) + \alpha_2) \frac{d u}{d \varphi} > 0, \quad (1.13)$$

de forma que, similarmente ao modelo anterior, o segundo efeito mais do que compensa o primeiro. Assim, variações positivas do *wage-share* afetam positivamente tanto a demanda agregada, a taxa de lucro e a acumulação de capital, definindo, assim, os modelos de natureza estagnacionista.

Tal arcabouço concilia o aumento dos salários com um maior crescimento econômico. Esse maior salário real redistribui renda dos capitalistas para os trabalhadores. Essa distribuição de renda aumenta o número de vendas, aumenta a demanda agregada, eleva a utilização da capacidade, incentiva as firmas a investirem mais, resultando em uma maior

taxa de crescimento. Tal aumento da utilização da capacidade mais do que compensa o aumento dos custos unitários, definindo, assim, um regime de natureza *wage-led*.

1.3 Um Modelo Neokaleckiano Padrão

Segundo Lavoie (2010), o modelo neokaleckiano básico é composto por três equações: uma equação investimento, uma equação de poupança e uma equação de taxa de lucro envolvendo a distribuição de renda. As duas primeiras serão as mesmas do modelo da seção anterior e repetidas aqui por conveniência.

$$g^i = \alpha_0 + \alpha_1\pi + \alpha_2u, \quad (1.14)$$

$$g^s = s_\pi r,$$

$$r = \pi u,$$

em que a primeira equação é uma variação linear da função de Bhaduri e Marglin (1990), na qual o investimento é uma função de uma constante (*animal spirits*), da taxa de utilização da capacidade e do *profit-share*. Esse último, é considerado como uma aproximação da taxa de lucro normal. A terceira equação explicita a taxa de lucro, r , dependendo do *profit-share*, π , e do grau de utilização da capacidade, u . Não é assumido a existência de *overhead labor costs*. Assim, quanto maior π , menor o salário real e o *wage share*. A hipótese de que os trabalhadores não poupam é mantida, de forma que toda poupança é oriunda dos lucros mediante uma propensão a poupar, s_π .

Igualando $g^i = g^s$, obtem-se a taxa de utilização de equilíbrio:

$$u^* = \frac{\alpha_0 + \alpha_1\pi}{s_\pi\pi - \alpha_2}, \quad (1.15)$$

de forma que, para o sentido econômico ser mantido, $u^* > 0$.

1.3.1 Os Regimes de Demanda e de Acumulação

O debate acerca de acumulação de capital, crescimento econômico e distribuição de renda se concentrou, historicamente, entre a visão *underconsumptionist* e as visões neomarxista/goodwiniana. A primeira visão defende que baixos salários - e consequentemente altos níveis de lucro - levam a uma demanda de consumo cronicamente deprimida, a qual, por sua vez, leva a um processo de estagnação da economia, *ceteris paribus*. Nessa linha, Steindl (1952) argumenta que existe uma grande tendência, dentro do sistema capitalista, em direção à concentração de indústrias, movendo a composição das economias

a maiores setores oligopolistas. Tais setores possuem maiores margens de lucro e maiores regras de *mark-up*. A consequência disso é de um aumento do *profit-share*, levando a : i) depressão da demanda por consumo; e ii) diminuição no incentivo ao investimento de grandes indústrias com alto grau de *market share* em obterem excesso de capacidade não desejado. Posteriormente, essa visão ficou enraizada na literatura pós-keynesiana como 'estagnacionista', o que, na prática, corresponde a um caso de economia *wage-led*, como demonstrado na seção anterior. Em outras palavras, quedas do salário real são acompanhadas por menores níveis de consumo, desaquecendo a demanda agregada e piorando as expectativas sobre o futuro para o investimento presente. Tal cenário afeta negativamente tanto a demanda agregada, como o próprio crescimento da economia.

Já na visão neomarxista/goodwiniana, a taxa de lucro desempenha papel crucial na determinação do investimento e na acumulação de capital. Kalecki (1954) esboça parcialmente esse argumento ao afirmar que o investimento depende positivamente de lucros retidos, já que aliviam a restrição externa da variável crédito. Assim, mesmo que a produção reaja a queda de salário via menor consumo, o investimento poderá responder positivamente a variações no *profit-share*. Autores da corrente *neogoodwiniana* (TAYLOR; TAYLOR, 2004; BARBOSA-FILHO; TAYLOR, 2006) vão além, ao endogenizarem um mecanismo de ciclos, via *profit-squeeze*, em economias necessariamente *profit-led* seguindo um movimento anti-horário entre utilização da capacidade e o *wage share*¹.

Os modelos neokaleckianos, por sua vez, permitem os dois cenários (*wage-led* e *profit-led*), dependendo dos parâmetros dos modelos para tal determinação. Assim, tomando o diferencial total de (1.2) e (1.14), tem-se que:

$$dg^s = s_\pi(1 - \varphi) du^* - s_\pi u d\varphi^* \quad (1.16)$$

$$dg^i = -\alpha_1 d\varphi^* + \alpha_2 du^* \quad (1.17)$$

Em equilíbrio, $dg^s = dg^i$, de forma que:

$$\frac{du^*}{d\varphi^*} = \frac{s_\pi u - \alpha_1}{s_\pi(1 - \varphi) - \alpha_2} \leq 0 \quad (1.18)$$

Há, portanto, uma indefinição a respeito do sinal. Pela condição de estabilidade keynesiana, $s_\pi(1 - \varphi) - \alpha_2 > 0$, de forma que, se o numerador for negativo, $du^*/d\varphi^* < 0$ e o regime de demanda agregada é *profit-led*. De forma análoga, se o numerador for positivo, $du^*/d\varphi^* > 0$ e o regime de demanda agregada é *wage-led*.

¹ Os ciclos *neogoodwinianos* de crescimento seguem uma estrutura de equações diferenciais presa-predador de Lotka-Volterra, em que a presa é o nível de emprego e o predador é o trabalhador. Assim, graças a um mecanismo de exército de reserva e variações no poder de barganha dos assalariados, o próprio ciclo de distribuição de renda é endogenizado e crescimentos do *wage-share* são seguidos de movimentos de *profit squeeze*, caracterizando regimes de crescimento sempre *profit-led*.

Blecker (2002) argumenta que o resultado de demanda agregada *profit-led* é um resultado forte, já que ele requer que uma redistribuição de renda aos lucros estimule a demanda agregada total, e não apenas a demanda por investimento. Logo, o resultado pressupõe que o estímulo do investimento a um maior *profit-share* seja tão grande a ponto mais do que compensar a redução do consumo.

Bhaduri e Marglin (1990) e Marglin e Bhaduri (1990) argumentam que é possível que o regime de crescimento seja *profit led* via maior incentivo do investimento, mas reprimindo a demanda agregada total e reduzindo a utilização da capacidade. Assim, eles criam duas categorias de estagnacionismo: conflituoso e cooperativo. O primeiro acontece quando a demanda agregada é *wage-led*, $du/d\varphi > 0$, mas a taxa de lucro reage negativamente a uma variação do *wage-share*, $dr/d\varphi > 0$. Já o segundo caso, de estagnacionismo cooperativo, tanto a utilização da capacidade como a taxa de lucro reagem positivamente a uma subida do *wage share*, $du/d\varphi > 0$ e $dr/d\varphi > 0$.

Para melhor visualização do argumento, consideram-se os efeitos de um aumento de π em r e em g . Como $r = \pi u$ e $g = s_p \pi u$ e s_p é constante, expressam-se as derivadas em logaritmo para se ter as elasticidades:

$$\frac{d \ln r}{d \ln \pi} = \frac{d \ln g}{d \ln \pi} = 1 + \frac{d \ln u}{d \ln \pi} \quad (1.19)$$

Dada a definição já colocada de maneira similar, $(d \ln u / d \ln \pi)$ será menor que zero em um regime de demanda agregada *wage-led*. Contudo, o sinal da equação acima será positivo somente caso $|d \ln u / d \ln \pi| < 1$. Isto é, um aumento de π levará a um aumento de g e r , mesmo que isso diminua u , somente no caso que a utilização da capacidade ser inelástica ao *profit-share*. Esse é o caso chamado pelos autores de "estagnacionismo conflituoso", em que não haverá incentivos para os capitalistas cooperarem com os trabalhadores, já que estes conseguem uma maiores taxas de acumulação e de lucro - mesmo com menores níveis de demanda agregada, utilização de capacidade e, conseqüentemente, emprego.

Caso contrário pode ser visualizado quando $|d \ln u / d \ln \pi| > 1$, o que é chamado de 'estagnacionismo cooperativo' e corresponde ao aqui chamado modelo estagnacionista. Resumindo, essas condições vão ser determinadas no caso de a demanda por investimento ser mais elástica à utilização da capacidade ou ao *profit-share*. Os autores argumentam que, no caso de um regime *estagnacionista conflituoso*, podem haver acordos entre classes, já que a acumulação/crescimento depende somente do investimento, este aumenta no caso de uma distribuição de renda aos lucros, e maiores taxas de crescimento eventualmente levam a maiores níveis de emprego às economias.

1.4 Poupança Positiva dos Salários

Taylor (1990) apresenta a possibilidade de um regime de demanda agregada *profit-led* ao introduzir poupança positiva oriunda dos trabalhadores. O interessante dessa possibilidade é que a alteração centra-se na equação de poupança e não na de investimento. A suposição, em geral, que norteia essa introdução sugere que os trabalhadores poupam a uma propensão constante dos salários, s_ω , a qual é menor que a propensão a poupar dos lucros ($s_\omega < s_\pi$). Assim:

$$g^s = [s_\pi\pi + s_\omega\varphi]u \quad (1.20)$$

Já com relação a g^i , reutiliza-se (1.4), i.e, a mesma função demanda de investimento da seção 1.2. Tal reutilização explicitará como resultados distintos são possíveis, mesmo não alterando a função de investimento se comparada ao modelo estagnacionista. Assim, repetindo por conveniência:

$$g^i = \alpha_0 + (\alpha_1\pi + \alpha_2)u$$

Igualando $g^s = g^i$ em equilíbrio, tem-se:

$$u^* = \frac{\alpha_0}{(s_\pi - \alpha_1 - s_\omega)\pi + s_\omega - \alpha_2} > 0, \quad (1.21)$$

de forma que, pela condição de estabilidade keynesiana, $(s_\pi - \alpha_1 - s_\omega)\pi + s_\omega - \alpha_2 > 0$. Derivando u^* com relação a φ , tem-se o regime de demanda agregada:

$$\frac{du}{d\varphi} = u^* \frac{(s_\pi - \alpha_1 - s_\omega)}{T(\pi)} \leq 0 \quad (1.22)$$

em que $T(\pi) = (s_\pi - \alpha_1 - s_\omega)\pi + (s_\omega) - \alpha_2$. Temos, portanto, uma indefinição sobre o regime de demanda agregada. Se $s_\pi - \alpha_1 - s_\omega < 0$, o regime de demanda agregada será *profit-led*, ou seja, quanto maior a poupança dos trabalhadores e a sensibilidade de lucratividade do investimento *vis-à-vis* a poupança dos capitalistas, maiores as chances de o regime em questão ser *profit-led*. Isso se justifica graças ao maior vazamento de demanda efetiva ocorrido por uma poupança maior dos trabalhadores, diminuindo efeito de consumo sobre a utilização de capacidade no caso de uma transferência de salários para lucros. Caso contrário, se $s_\pi - \alpha_1 - s_\omega > 0$, o regime de demanda agregada será *wage-led*.

Taylor (1990) sugere que s_π é uma função inversa de π , i.e, um maior *profit-share* estimula a formação de capital mais fortemente quando este, em si, é mais baixo. Logo, a economia seria kaleckiana/estagnacionista para níveis de salários mais baixos e *profit-led* para níveis de salários mais altos. Na mesma linha, Carvalho e Rezai (2016) utiliza o

modelo de Taylor para conectar tal propensão a poupar dos salários com a desigualdade de renda pessoal, de forma que distribuições de renda do topo do pirâmide de salários para degraus mais baixos da pirâmide estimulam sempre a utilização de capacidade. [Palley \(2017\)](#) também introduz poupança na renda dos salários ao enfatizar no papel dos *overhead labor costs*, conforme discutido a seguir.

1.5 *Overhead Labor Costs*

[Weisskopf \(1979\)](#) define o trabalho indireto/*overhead labor* como certos tipos de trabalho que são empregados em proporção à capacidade de uma empresa, enquanto o trabalho direto deve ser empregado em proporção ao produto realizado. Logo, em momentos de redução da utilização da capacidade, o ajuste do trabalho direto pode rapidamente ser executado, enquanto o ajuste do trabalho indireto não. Já [Rowthorn \(1981\)](#) classifica esses dois tipos de trabalho como trabalho fixo e trabalho variável. A principal consequência de tal introdução nos modelos neokaleckianos é que um aumento da participação dos lucros na renda pode acontecer tanto por perda de poder de barganha da classe trabalhadora, isto é, aumento do desemprego; como também através de um aumento do grau de utilização da capacidade produtiva ([LAVOIE, 2016](#)). Weisskopf (*idem*) então faz uma correção para os dados da participação dos salários na renda, conclui que, quando essa correção é feita, quase todas as variações na taxa de lucro, tanto na primeira fase da ascensão do ciclo econômico, como na decadência são decorrentes de variações na taxa de utilização da capacidade. Apenas na segunda fase da ascensão do ciclo se observaria um importante papel na queda do *profit-share* como um fator importante para a formação da taxa de lucro.

[Rowthorn \(1981\)](#) também centraliza a ideia de custos de trabalho indireto na dinâmica do ciclo econômico. O autor afirma que o crescimento da demanda e da utilização da capacidade aumentam a taxa de crescimento da produtividade. Isso está relacionado à menor proporção dos trabalhos indiretos com relação ao trabalho total que acontece nos momentos de *boom*. [Sherman e Evans \(1984\)](#) corroboram tal argumento ao afirmarem que esses ganhos de produtividade não incorporado aos salários inicialmente são responsáveis pelo declínio do *wage share* e conseqüentemente pelo aumento do *profit-share* na primeira fase do ciclo de ascensão.

Logo, segundo esses dois últimos artigos, em uma economia com trabalho indireto, mesmo com a manutenção de todos os clássicos pressupostos kaleckianos, um aumento da utilização da capacidade leva a um aumento da parcela de lucros na renda, revertendo a causalidade. A consequência mais direta disso é que estimações que não levem isso em consideração estariam erroneamente enviesando seus resultados em uma direção mais *profit-led* ([LAVOIE, idem](#)).

Uma problemática particularmente relevante nesse contexto de trabalhos gerenciais é a de que o pagamento dos altos gerentes estão incluídos no *wage share*, mesmo em um cenário de constantes aumentos dos primeiros com relação aos últimos (PIKETTY; GOLDHAMMER; GANSER, 2014). Lavoie (2016) indica que isso também direciona a análise para diagnósticos *profit-led* ao argumentar que aumentos da participação de salários na renda direcionados para as gerências têm efeitos provavelmente negativos sobre o consumo agregado e sobre a demanda agregada, dadas as maiores propensões marginais a poupar desses grupos com relação ao resto dos trabalhadores. Nessa linha, Treck (2015) critica o foco exclusivo na distribuição funcional da renda da maioria dos modelos neokaleckianos e na hipótese de que toda a renda distribuída aos domicílios é então consumida.

Palley (2017) faz uma modificação no modelo de Bhaduri e Marglin (1990), afirmando que a distribuição de renda entre salários e lucros deve ser dividida de tal forma: a conta de salários se divide entre os trabalhadores e os salários gerenciais, ou *overhead labor*, enquanto a conta de lucros é dividida entre capitalistas gerenciais e trabalhadores, de forma que esses últimos apresentam uma taxa de poupança positiva e têm participações sobre a formação do estoque de capital. Segundo o autor, o modelo de Bhaduri e Marglin não apresenta nenhuma distinção entre a distribuição funcional da renda e a distribuição pessoal da renda.

Definindo a acumulação de capital como uma função da utilização capacidade, do *profit-share* e da taxa de lucro, a inclinação da curva IS do modelo de Palley não depende do *profit-share*. Ou seja, variações na distribuição funcional da renda não impactam o regime de crescimento, mas sim variações de parâmetros relacionados à distribuição pessoal da renda. Além disso, o modelo se propõe a analisar a relação entre equidade e crescimento econômico com relação à distribuição pessoal da renda em três cenários diferentes de regimes de crescimento - *wage-led*, estagnacionismo conflituoso e *profit-led*. O *trade-off* entre essas duas variáveis aparece, então, apenas em um caso de mudança exógena do *profit-share* para os dois últimos cenários. Contudo, em todos os regimes, variações de renda em prol da conta de salários direcionada aos trabalhadores diretos, i.e. queda de transferência para a conta de salários encaminhada ao *overhead labor*, beneficia o crescimento econômico. Por fim, o autor conclui que a desigualdade, por si, não afeta nem o crescimento e nem a utilização da capacidade. A relação crescimento-desigualdade não é, portanto, uma função, mas sim um *locus* derivado de um fator estrutural comum determinando o padrão dos pagamentos da renda.

1.6 O Papel da Demanda Externa

Blecker (1989) enfatiza o argumento de que a exposição da economia de um país à competição dos preços internacionais pode restaurar a clássica conclusão de relação inversa entre utilização da capacidade e *wage share*, mesmo quando a demanda doméstica está completamente de acordo com a visão estagnacionista. A formalização do modelo de Bhaduri e Marglin (1990) feita por Stockhammer (2017) é um primeiro passo para ilustrar tal argumento.

Define-se a despesa agregada, Y^{exp} , como a soma das variáveis consumo C , investimento, I e exportações líquidas, NX . As três últimas são definidas como função da renda, Y , do *wage share*, φ , e de uma variável z , a qual é definida como controle, de forma que esta seja independente da renda e de distribuições de renda. Formalizando:

$$Y = C + I + NX$$

A função consumo é definida a partir das diferentes propensões a poupar, em que distribuições em favor dos salários têm efeitos positivos a respeito da demanda agregada:

$$C = C(Y, \varphi, z); C_Y > 0, C_\varphi > 0$$

O investimento, por sua vez, é uma função da demanda e do *wage-share*, sendo negativamente correlacionado com o último por este integrar-se como custo de produção, afetando o lucro da empresa. Assim:

$$I = I(Y, \varphi, z); I_Y > 0, I_\varphi < 0$$

Já a função de exportações líquidas varia negativamente (positivamente) com relação à demanda doméstica (internacional), e negativamente à respeito do *wage share*, o qual representa os custos unitários de trabalho e entra como uma *proxy* de competitividade internacional. Necessário ressaltar que a validade da relação negativa entre exportações líquidas e *wage-share* depende da validade das condições de Marshall-Lerner, supondo que a soma das elasticidades-preço de exportação e importação é suficientemente alta (BLECKER, 2015).

$$NX = NX(Y, \varphi, z_{NX}); NX_Y, NX_\varphi < 0$$

Nos bens de mercado, a renda de equilíbrio seria igual à demanda agregada ($Y^* = Y^{exp} = Y$)

$$Y^* = Y(\varphi, z_C, z_I, z_{NX})$$

Diferenciando Y^* a respeito de φ , temos:

$$\frac{dY^*}{d\varphi} = \frac{n_2}{1 - n_1},$$

em que

$$n_1 = \left(\frac{\partial C}{\partial Y} + \frac{\partial I}{\partial Y} + \frac{\partial NX}{\partial Y} \right)$$

e

$$n_2 = \left(\frac{\partial C}{\partial \varphi} + \frac{\partial I}{\partial \varphi} + \frac{\partial NX}{\partial \varphi} \right)$$

O termo $1/(1 - n_1)$ é o multiplicador, o qual inclui efeitos da mudança da demanda no investimento e é necessariamente positivo para estabilidade. Logo, o sinal da derivada total depende do numerador, n_2 . Este é definido pela soma das derivadas parciais com relação à distribuição de renda. Se o efeito total for positivo, i.e., $\partial Y/\partial W > 0$, a economia se encontra em um regime de demanda agregada *wage-led*. Caso contrário, *profit-led*. O sinal do numerador depende de estimações e hipóteses assumidas, não podendo ser definido *a priori*. A soma dos dois primeiros, consumo e investimento, resulta na demanda doméstica. Assim, mesmo em um cenário que a economia doméstica esteja em conformidade com os modelos kaleckianos, i.e.,

$$\frac{\partial C}{\partial \varphi} + \frac{\partial I}{\partial \varphi} > 0,$$

como $\partial NX/\partial \varphi < 0$, demonstra-se que o regime de demanda agregada se torna menos provável de ser *wage-led* para economias abertas.

Aprofundando mais a questão, [Blecker \(2002\)](#) afirma que dois fatores relacionados a isso dificultam um regime de demanda agregada *wage-led*: i) o grau de exposição da produção dos países a competição via preço, com produtos similares no mercado doméstico e no internacional; e ii) a sensibilidade do investimento à lucratividade relativa aos outros países. Assim, aumentos de salários nominais que são repassados para os preços dos bens finais pelos empresários afetam negativamente a competitividade de tais bens no mercado internacional, provavelmente piorando a balança comercial e afetando, assim, a demanda agregada. Simultaneamente, se a pressão da competitividade internacional impede que firmas repassem esses aumentos de salários nominais para os preços, o resultado é um *profit-squeeze*, afetando a perspectiva de lucratividade futura e, conseqüentemente, a própria demanda agregada. Por último, se a rentabilidade nacional diminui, os investimentos internacionais também se tornam menos atrativos.

Segundo [Blecker \(1989\)](#), uma grande expansão de um mercado de trocas mundiais, sob capacidade não utilizada e fora de um estado de pleno emprego, implica em uma maior competição de firmas e indústrias para conseguir parcelas desse mercado e do emprego global. [Robinson \(1946\)](#) já afirmava que países com maior vantagem comparativas, maior produtividade líquida e maior excedente comercial podem exportar desemprego para os respectivos países deficitários. Tais efeitos são então reforçados se ainda ocorrer capacidade

ociosa nos países superavitários. Logo, intensa competição pode levar a acirrar tensões de diversas ordens entre nações em um mundo de crescimento desigual.

Tal posição é reforçada por [Tiebout \(1956\)](#) ao argumentar que o mundo não pode ser, como um todo, *export-led*. [Onaran e Galanis \(2013\)](#) contextualizam o argumento de [Blecker \(1989\)](#) a respeito das tensões geopolíticas decorrentes de estratégias *export-led* ao constatarem que ocorreu uma significativa queda do *wage share* de uma forma generalizada desde a década de 1980, sob uma expectativa de que isso melhorasse a competitividade, estimulando o investimento privado e angariando efeitos positivos para um crescimento sustentável. Uma política apoiada em menores custos de trabalho como um componente fundamental da competitividade internacional foi seguida por diversos outros países em uma tentativa de preservarem sua posição de competitividade nos mercados globais, levando a uma simultânea queda no *wage share* ao redor do mundo. Os autores argumentam que isso levou inevitavelmente a *spillover effects* em outros países, levantando um questionamento sobre como a demanda agregada mundial se comportou nesse contexto. Além disso, é apontado que países com regime de demanda *profit-led* isoladamente têm suas dinâmicas de crescimento afetadas se todos os países estejam implementando a mesma política de competição de salários simultaneamente, já que os ganhos de competitividade são perdidos caso haja um declínio nos custos de trabalho unitários entre os respectivos parceiros comerciais.

Sob um estudo empírico para 16 países, eles concluem que a demanda doméstica é *wage-led* em todos os países - corroborando com o argumento de [Blecker \(1989\)](#) - já que o consumo seria muito mais sensível a um aumento do *profit-share* do que o investimento. Logo, as economias passam a ser *profit-led* apenas quando o efeito das exportações líquidas é grande o suficiente a ponto de compensar os efeitos da demanda interna. Mais importante que isso, os autores afirmam que, mesmo em casos de países cuja demanda é diagnosticada como *profit-led*, a demanda global é estimada como *wage-led*. Dessa forma, um corte simultâneo nos salários em uma economia muito integrada internacionalmente deixa os países apenas com os efeitos negativos adjacentes à demanda interna. Assim, observa-se uma contração da demanda global. A tese então é de que a maioria dos países cujo regime de demanda é *profit-led* experimenta uma contração após uma queda do *wage share* caso essa estratégia seja acompanhada também pelos seus parceiros comerciais.

[Blecker \(2015\)](#) afirma que os efeitos negativos do *wage-share* no investimento e nas exportações líquidas são prováveis de prevalecerem principalmente no curto prazo, mas não no longo prazo. Assim, mesmo países que possuem um regime de demanda *profit-led* no curto prazo, provavelmente terão uma maior propensão a exibirem um regime de demanda *wage-led* no longo prazo. Ao argumentar especificamente sobre as exportações líquidas, o autor sugere que mudanças nos custos unitários do trabalho feitas por um país com o objetivo de conquistar um maior *market share* pode ser compensado por uma

mudança global dos termos de troca. Dessa forma, são observadas mudanças transitórias nos efeitos de exportações líquidas, mas permanentes na variável consumo agregado. Além disso, transferências tecnológicas podem diminuir as vantagens competitivas de tornar seus produtos mais baratos para importadores estrangeiros.

1.7 Regimes de Produtividade e de Emprego

O modelo neokaleckiano também incorpora argumentos pelo lado da oferta. Primeiro, argumenta-se a respeito da relação entre os regimes de distribuição e a produtividade do trabalho. Utilizando a formalização de Lavoie e Stockhammer (2013), uma economia terá um regime de produtividade *profit-led* se um aumento dos salários reais desencorajar um aumento de investimento em capital eficiente que resulte em aumento de produtividade. Caso contrário, o regime de produtividade será definido como *wage-led*.

Bowles, Gordon e Weisskopf (1984) argumentam que a economia norte-americana estaria em um regime de crescimento de produtividade *wage-led*, graças a três motivos: i) altos salários contribuindo para a produtividade, pois constituem-se em uma fonte importante de motivação; ii) altos salários forçam os capitalistas a se modernizarem ou saírem do mercado; e iii) efeitos de Kaldor-Verdoorn, em que aumentos de salários levando a um aumento da demanda por consumo e conseqüentemente aquece a demanda agregada por bens e serviços em contextos de insuficiência de demanda efetiva,

Storm e Naastepad (2013) e Casseti (2003) corroboram o argumento anterior ao afirmarem que um regime *wage-led* de produtividade justifica-se através do argumento de que menores crescimentos de salários contribuem para retardar a taxa de progresso técnico poupador de trabalho. Isso se deve ao fato de que menores taxas de crescimento do salário reduzem os incentivos das firmas em investirem em *P&D* poupador de trabalho. Altos salários dão, então, um viés no caráter das inovações em um sentido mais *labour-saving*, já que apenas esse tipo de inovação pode garantir a reprodução de um excedente econômico. Além disso, altos salários têm a capacidade de estimular uma intensificação em capital e encorajar mudanças estruturais na economia, retirando empresas ineficientes do mercado e aumentando a proporção de trabalhadores mais bem qualificados na força de trabalho. Esse efeito direto (ou parcial) é chamado na literatura pós-keynesiana como ‘efeito Webb’ graças ao argumento apresentado em Webb (1912). Nell (1985) também supõe um efeito positivo do aumento de salários reais sobre o último, em conformidade com o argumento de Webb. O autor conclui o argumento afirmando que salários altos e crescentes podem estimular inovações poupadoras de trabalho. Em suma, argumenta-se um regime de produtividade também *wage-led*.

Segundo Lavoie e Stockhammer (2013), há um relativo consenso entre a literatura econômica, inclusive no *mainstream*, da existência de regimes *wage-led* de produtividade.

Nesta última, sob a alcunha das teorias de salário-eficiência. Contudo, há também um efeito indireto incidindo sobre os regimes de produtividade, enraizado pela literatura kaldoriana. Kaldor (1966) define o que, posteriormente, ficou conhecido como a Lei de Kaldor/Verdoorn, a qual estabelece uma relação positiva de causalidade entre o crescimento do PIB e o crescimento da produtividade do trabalho. Logo, efeitos de demanda incidem sobre a oferta, endogenizando o progresso tecnológico através de efeitos estáticos e dinâmicos. Em casos de regime *wage-led* de demanda, um aumento do *wage share* causa um maior crescimento do produto, o qual aprofunda a divisão do trabalho e leva a um maior *learning-by-doing*, reforçando efeitos positivos sobre a produtividade. O efeito da produtividade total é, portanto, sempre positivo e também *wage-led*. Já em regime de demanda *profit-led*, embora aumentos de salários reais levem a um aumento da procura dos capitalistas em inovações mais poupadoras de trabalho (efeito Webb), aumentos de salários reais tem efeito negativo sobre a demanda e sobre o produto. Há, então, uma implicação indireta negativa sobre a produtividade, graças ao efeito Kaldor/Verdoorn. O efeito total da produtividade é, então, dúvida, dependendo de como é o saldo dessa contraposição.

Lima (2004) trata a questão de uma forma diferente. É introduzida uma função não-linear relacionando *wage share* e taxa de inovação tecnológica de forma que, tanto baixos níveis, como altos níveis de *wage share* têm um efeito menor para a taxa de inovações tecnológicas reagindo de forma maior para níveis intermediários. O argumento é que, a altos níveis de *profit-share*, a capacidade de financiamento é alto, mas o incentivo a investir não, enquanto que, a baixos níveis de *profit-share*, o incentivo para investir é alto, mas a capacidade de financiamento não.

A endogenização do processo tecnológico inclui outros fatores em economias não maduras e relativamente pouco desenvolvidas. Ou seja, em países periféricos, a tecnologia e o investimento em *P&D* não são acessíveis a uma grande parte dos setores das economias, evidenciando tal efeito não-linear destacado por Lima (2004). Quando são acessíveis, em geral, o são por meio das importações, limitando a abrangência do progresso tecnológico apenas ao estágio de difusão tecnológica. Câmbio apreciado barateia relativamente a importação de um maquinário *labor saving*, o que, supostamente, contribui para a decorrência do efeito Webb. Contudo, países periféricos, dependentes da venda de produtos primários de elasticidade-renda baixa, convivem frequentemente com sensíveis volatilidades externas (RESENDE; AMADO, 2007; PAULA; FRITZ; PRATES, 2015). A taxa de câmbio, então, também se movimenta acompanhando essa volatilidade no balanço de pagamentos, aumentando a incerteza do ambiente econômico e deteriorando as expectativas para qualquer tipo de investimento, *labor saving* ou não.

Ainda, se o país em questão sofrer de doença holandesa, esses mecanismos descritos podem também não funcionar de forma tão clara. Isso se deve ao fato de que apreciações cambiais causadas por rendas ricardianas de produtos primários, nos momentos de *boom*,

trazem como efeito direto uma perda de competitividade-preço para o setor manufatureiro, historicamente mais produtivo. Além disso, tal cenário favorece uma mudança de composição na economia em direção ao setor de serviços não-*tradables* e ao setor primário, ambos de menor produtividade. Isso direciona esses países para desindustrializações precoces, i.e, queda da participação do produto industrial sem que se tenha alcançado uma renda *per capita* relativamente alta (OREIRO; FEIJÓ, 2010). Assim, mesmo que a economia seja *wage-led*, a produtividade total pode cair como resultado de uma profunda mudança desfavorável de composição setorial em meio a valorização dos salários. A conclusão é de que o *link* entre o efeito Kaldor-Verdoorn e o efeito Webb, principalmente para países subdesenvolvidos que convivam com essas condições, parece não estar tão analiticamente definitivo.

Já com relação aos regimes de emprego, Bowles e Boyer (1995) argumentam que a teoria neoclássica consideraria a inclinação da curva de demanda por emprego nas firmas negativa, no âmbito individual e agregado, de forma que aumentos de salário diminuem o nível geral de emprego, garantindo, assim, uma firma maximizadora. Já a teoria pós-keynesiana observa os mecanismos em uma ordem distinta. As firmas são restringidas pela demanda e a taxa de salário real não é apenas custo de trabalho, mas também um determinante do nível de demanda agregada e, conseqüentemente, da demanda por trabalho. Assim, mesmo que as curvas de demanda por trabalho das firmas, individualmente, sejam negativamente inclinadas, a curva de demanda agregada das firmas não necessariamente precisa ser, uma vez que aumentos de salário podem elevar o nível de demanda agregada, aumentando as curvas de demanda das firmas individualmente as deslocando para a direita.

A análise dos regimes de emprego depende crucialmente, então, da distinção entre a demanda de trabalho hipotética e a demanda de trabalho efetiva (LAVOIE, 2003; STOCKHAMMER, 2011). A primeira é a aplicada dentro da maximização de lucro das firmas sem a restrição da Demanda Efetiva. Vale, portanto, a Lei de Say e tudo que é esperado vender, será vendido. A curva da função é negativamente inclinada a rendimentos marginais decrescentes de trabalho. Já a demanda de trabalho efetiva é uma função não-linear, derivada de uma função de Demanda Agregada positivamente inclinada com relação ao nível de salário (*wage-led*), em cujo ponto máximo se iguala à demanda de trabalho hipotética. A níveis mais baixos de emprego, o nível de salário, então, varia positivamente com o nível de emprego. Segundo Lavoie (2003), isso ocorre graças ao fato de que um aumento do nível de emprego leva a um aumento do produto, o qual necessita de um aumento do nível dos salários para absorver a demanda agregada de uma oferta adicional no mercado de bens. Isso evidencia um regime de emprego *wage-led*. Como explicitado por Stockhammer (2011), essa função de demanda efetiva de trabalho pressupõe um regime de demanda *wage-led*. Sintetizando, um regime de emprego *wage-led* pressupõe, necessariamente, um regime de demanda também *wage-led*. Contudo, é requerido

que o crescimento da produtividade seja relativamente inelástico com relação à variações de salário (STOCKHAMMER, 2011; BOWLES; BOYER, 1995).

Relacionando a questão do emprego à questão da produtividade, em regimes de demanda *wage-led*, um regime de emprego *wage-led* surge através de um maior aumento do produto do que da produtividade - após aumentos dos níveis de salários real. Storm e Naastepad (2013) afirmam que restrições aos salários em regimes *wage-led* desse tipo diminuem o crescimento da produtividade mais do que o crescimento do produto, tendo um efeito direcionado para um maior nível de emprego. Isso ocorre porque o custo de trabalho unitário cai menos que o crescimento do salário real. Dessa forma, um nível maior de emprego é atingido através de um declínio do crescimento da produtividade e não através de um maior nível de investimento. Advogam, portanto, baseando-se em um estudo empírico para vários países e um simples modelo teórico, que um regime de produtividade *wage-led* leva a um regime de emprego *profit-led*, dado um regime de demanda *wage-led*.

Lavoie (2016) ressalta, contudo, que esse resultado de emprego *profit-led* fica menos claro se um efeito de *feedback* do crescimento da produtividade fosse incorporado na taxa de acumulação de capital, algo já modelado por Stockhammer e Onaran (2004) e Casseti (2003). Já para economias com demanda *profit-led*, o regime de produtividade é dúvida, mas a determinação do regime de emprego é sempre também *profit-led*. Restrições aos salários levam, então, a um efeito indireto positivo de produtividade via Kaldor-Verdoorn, mas seriam contrapostas pelo efeito Webb. Segundo as estimações de Storm e Naastepad (2013), o efeito indireto tende a ser mais do que compensado pelo efeito parcial. O saldo de políticas de restrição de salários, então, também são efetivas em elevar o nível de emprego, já que o produto cresce enquanto a produtividade decai. Porém, principalmente em economias fracamente *profit-led*, essa elevação do nível de emprego é mais causada pelo menor crescimento da produtividade do que por aumentos de produto.

Observando a causalidade contrária, i.e, consequências que a produtividade têm sobre a distribuição de renda, outros efeitos de *feedback* podem acontecer. Segundo Storm e Naastepad (2013), em regimes *wage-led* de demanda e de produtividade, uma maior sensibilidade do crescimento da produtividade do trabalho a aumentos de salários reais diminuem a força da natureza *wage-led* da demanda agregada. Em regimes *profit-led*, maiores sensibilidades da produtividade do trabalho à aumentos salariais enfraquecem o efeito expansivo de uma queda dos salários reais. Inclusive, Hein e Tarassow (2010) e Lavoie e Stockhammer (2013) mencionam que *feedbacks* do crescimento da produtividade no produto podem transformar uma economia de regime de demanda aparentemente *profit-led* em um regime *wage-led* quando o efeito parcial da produtividade for significativo e a sensibilidade da demanda à variações na distribuição de renda for pequena. Naastepad e Storm (2010) endogenizam as mudanças de salário, tornando-as positivamente relacionadas com aumentos de produtividade e com o poder de barganha dos trabalhadores

através de mercados de trabalho mais regulados e negativamente relacionada com a taxa de desemprego. Logo, em economias fortemente *wage-led*, desregulações no mercado de trabalho levam a um aumento da taxa de desemprego, gerando uma queda do produto acima da taxa de variação da produtividade. Isso, por sua vez, aumenta mais ainda o nível de desemprego. É também reafirmado que a retransmissão dos ganhos de produtividade para o aumento do salário real são menores que um, fazendo com que os diferenciais de salários e produtividade aumentem com o tempo e tenham um efeito negativo (positivo) sobre a demanda à respeito do crescimento da produtividade e do produto em caso de regime de demanda *wage-led* (*profit-led*).

1.8 Conclusão

Procurou-se apresentar alguns dos principais aspectos subjacentes à teoria neokaleckiana. Primeiramente atentou-se para sua teoria de distribuição determinada de uma agregação verticalizada de uma teoria de preços em mercados imperfeitos. Em seguida, construiu-se um modelo estagnacionista com investimento endógeno, derivando as condições dos regimes de demanda, de crescimento e de comportamento da taxa de juros, todos negativamente impactados por um aumento exógeno do *profit share*. A partir daí, inovações que permearam a literatura neokaleckiana foram desenvolvidas, como uma função de investimento que possui *profit share* ao invés da taxa de lucro, como em [Bhaduri e Marglin \(1990\)](#), uma discussão dos regimes de demanda e das respectivas elasticidades envolvendo a utilização da capacidade e o *profit share* como fundamentais para a definição do regime de crescimento. A condição de equilíbrio keynesiana é assumida e também desenvolvida em mais detalhes mediante expectativas adaptativas.

Em seguida, algumas das alterações e inclusões feitas pela literatura foram discutidas extensivamente. Entre elas, incluem-se a hipótese de poupança positiva dos salários, aumentando vazamentos de demanda efetiva. Permeando essa mesma discussão, os *overhead labor costs* e o debate subjacente acerca da distribuição pessoal da renda são extensamente abordados. O papel da demanda internacional é considerado, com o objetivo de entender tanto seu impacto tanto nos regimes de demanda como seus consequentes resultados de política econômica. Por fim, os regimes de produtividade e de emprego são apresentados endogenamente, influenciando os regimes de demanda e também sendo influenciados por eles.

Além dos pontos ressaltados nas sete seções anteriores, há a inclusão de variáveis financeiras ([LAVOIE, 1995a](#); [DUMÉNIL; LÉVY, 1999](#); [HEIN, 2007](#); [MICHOPLOU, 2014](#)), existe uma discussão de longo prazo unindo modelos neokaleckianos e *path dependence* ([LAVOIE, 2010](#)), há a incorporação de dinâmicas fiscais de ativo papel do governo e taxa progressiva ([BLECKER, 2002](#)), e ainda há a construção de um breve arcabouço

teórico que tenta lidar com a realidade do subdesenvolvimento (RAZMI, 2016) dentro dessa linha de modelos.

Dessa forma, procurou-se evidenciar que tal literatura, ao longo dos anos, encontrou flexibilidade para incorporar uma série de elementos e discussões da literatura econômica em sua estrutura. Ao mesmo tempo, é interessante notar como a mesma não incorporou de maneira relevante uma discussão acerca de um caráter verdadeiramente regional e seus efeitos sobre os regimes de demanda e acumulação. Logo, quando os modelos discutem efeitos e decorrências de seus resultados para países, tais autores assumem implicitamente que tais unidades geográficas não apresentam uma heterogeneidade regional que merece ser enfatizada. Em países em desenvolvimento - de imaturos Sistemas Nacionais de Inovação (SNIs) e de acentuada vulnerabilidade externa (ALBUQUERQUE, 1999; RESENDE; TORRES, 2016) - tais distinções produtivas e regionais evidenciam-se de maneira explícita, conseqüentes de um processo de desenvolvimento tardio e ‘desequilibrado’ que estas foram sujeitas (GERSCHENKRON, 1962; HIRSCHMAN, 1988).

Primeiramente, é improvável que estruturas produtivas e sociais diferentes de um mesmo país apresentem os mesmos resultados e intensidades de regimes de acumulação e de demanda. Tal aspecto coloca em dúvida efeitos de políticas econômicas não discricionárias no que concerne distribuições de renda funcional e pessoal. Em segundo lugar, consideramos que essa discussão deve estar intrinsecamente ligada à literatura de desenvolvimento econômico. Dentro dela, destacam-se as contribuições da CEPAL, a qual procurou entender as particularidades dos processos históricos da região e apontou normativamente para a necessidade de industrialização como forma de superação de uma relação de dependência. Seus grandes destaques são de um desenvolvimento via uma demarcada heterogeneidade produtiva e um diagnóstico de comércio internacional na qual há uma relação de desigual apropriação dos benefícios do progresso técnico levando a uma acentuada vulnerabilidade externa. Além disso, evidenciou-se um diagnóstico de heterogeneidade produtiva de mercado interno industrializado, algo que se encaixa em um padrão de países de renda média. Ao considerarmos no modelo neokaleckiano uma marcada heterogeneidade estrutural produtiva e regional em um arcabouço de centro-periferia no nível nacional, novas possibilidades teóricas se abrem. Assim, evidencia-se uma ampliação de conflito de classes entre capitalistas e trabalhadores para também englobar um possível conflito entre capitalistas de diferentes regiões. Com isso em vista, os capítulos dois e três serão desenvolvidos.

2 Um Enfoque Regional Subjacente aos Modelos Neokaleckianos

O presente capítulo busca apresentar e desenvolver certos aspectos da teoria do Desenvolvimento Econômico que explicam e fundamentam a hipótese de processos heterogêneos de desenvolvimento. Esses processos heterogêneos tomam forma na análise que está sendo proposta a partir da definição de duas regiões, uma desenvolvida e outra subdesenvolvida, dentro de um mesmo país de renda média. Em outras palavras, o referencial teórico revisitado ajuda a fundamentar as hipóteses que são assumidas na análise formal dentro do arcabouço dos modelos neokaleckianos de crescimento. A principal hipótese é a de que diferentes regiões respondem de maneira distinta aos processos de acumulação de capital, podendo coexistir, em um mesmo país, regimes *profit-led* e *wage-led* no mesmo período. Se a lógica de acumulação macroeconômica nacional e de políticas macroeconômicas interligadas estiver em divergência das dinâmicas regionais, seja nos regimes de demanda ou nos de acumulação, políticas compensatórias podem ser utilizadas para eventual correção dessas distorções. Portanto, é necessário primeiro elucidar em que sentido tais regiões respondem diferentemente a esse processo.

O ponto de partida para a construção de um referencial teórico acerca do entendimento do que é desenvolvimento econômico é [Gerschenkron \(1962\)](#). Para o autor, uma correta compreensão desse processo exige incorporar particularidades históricas e sociais de como se deu a acumulação de capital. Além disso, compreende-se que tal evolução histórica não necessita obrigatoriamente percorrer um caminho histórico sequencial e de mesmo destino final. Nega-se, portanto, um direcionamento temporal de natureza normativa. Tal argumentação contrapõe-se, portanto, à tese de etapas para a decolagem econômica e seu subsequente desenvolvimento presentes em [Rostow \(1959\)](#).

A construção de um debate mais disseminado de desenvolvimento econômico iniciou-se principalmente na sequência do pós-segunda guerra mundial. Assim, a atenção voltou-se para os países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos, como um reconhecimento de que o processo de acumulação de capital não era, *per se*, natural. O referencial de crescimento econômico evidenciado nessa literatura elucidava o modelo Harrod-Domar como a principal contribuição na área de crescimento econômico, dando papel mais ativo às expectativas e a demanda agregada na construção do capital. Isso se evidenciou, inclusive, na própria reconstrução econômica europeia das décadas subsequentes. Posteriormente, [Solow \(1956\)](#) rompe tal característica dos modelos puxados pela demanda e dá início a um afastamento entre as duas literaturas de crescimento e desenvolvimento econômico, direcionando o debate para a produtividade total dos fatores e as taxas de poupança.

A elaboração do marco teórico que leva em conta a oferta agregada e a demanda efetiva apresentará hipóteses subjacentes à teoria do desenvolvimento. Mais especificamente, iniciamos nossa discussão a partir do modelo de oferta ilimitada de mão de obra na qual o foco de desenvolvimento econômico em estágios primordiais é, principalmente, a acumulação de capital.

Além disso, a demanda agregada, tanto no âmbito do desenvolvimento regional, como no nacional, assume grande importância nessa literatura e merece ser evidenciada. Do ponto de vista do consumo, destaca-se a hipótese de uma certa inter-dependência das funções consumo (efeito demonstração) entre regiões, mesmo em cenários de desenvolvimento desiguais. E segundo, os fatores que determinam a decisão de tomada de investimento podem diferir em cenários de distintos estágios de acumulação de capital, elucidando o desenvolvimento da variável “habilidade de investimento”. Ainda, o mesmo funcionamento e validade do mecanismo de multiplicador keynesiano longe do arcabouço dos países desenvolvidos deve ser problematizado, afim de uma melhor classificação contextualizada.

Já sobre o lado da oferta, uma estrutura oligopolista industrializada encontra base em uma estrutura econômica de um país de renda média. A análise de tal estrutura se sustenta sob um marco teórico de demanda efetiva na qual o grau de utilização da capacidade é a variável de ajuste produtivo. Contudo, tal estrutura econômica é marcada de considerável heterogeneidade produtiva, a qual influencia também a distribuição de renda e consequentes transbordamentos e enclaves desses mercados modernos. Tais países foram inseridos pela literatura dentro de um arcabouço de centro-periferia em dimensões internas/nacionais (PREBISCH, 1949). Essa inserção objetivou delimitar quais formas de inserção tais regiões estão inseridas no comércio externo a elas. Tal participação em contextos de comércio externos apresentou problemas consideráveis, principalmente na forma de incorporar tecnologia ao processo produtivo e apropriação dos benefícios do progresso técnico. Assim, esse estágio de desenvolvimento de renda média caracteriza-se como uma estrutura econômica deficiente em seu Sistema Nacional de Inovação e possuidor de uma incongruência tecnológica.

Ainda, o tamanho de mercado apresenta-se como uma variável fundamental tanto no que concerne a diferentes níveis médios de produtividade, como na diversificação produtiva. Um mercado mais amplo permite uma escala maior de produção em que a presença de maiores rendimentos crescentes de escala é observada. Assim, lucros econômicos positivos favorecem novos investimentos, maiores acumulações de capital e novos aumentos de produtividade. Além disso, consequentes aumentos da renda geram novos grupos de consumidores pelo lado da demanda, favorecendo uma diversificação de procura e uma consequente readequação da oferta a estruturas mais diversificadas.

Por último, os custos de transporte foram apontados pela literatura como fun-

damentais no aumento de produtividade externa do capital, elevando sua produtividade social e permitindo maiores rendimentos de escala. Assim, diferentes níveis de estruturas produtivas regionais oligopolistas terão que competir entre si de forma a considerarem prováveis diferenças entre estruturas de transporte e conseguirem preservar comercialmente parte de seu *market share* - mesmo que a situações comercialmente mais desvantajosas.

O capítulo a seguir tenta estruturar mais elaboradamente tais elementos. Ele está estruturado como se segue: a seção um abordará uma discussão de subdesenvolvimento em estágios primitivos; a seção dois desenvolverá algumas das hipóteses que se propõem a explicar o porquê de regiões crescerem diferentemente no mesmo país; a seção três abordará uma discussão mais centrada em aspectos de demanda agregada, como a variável consumo e a interconexão poupança-investimento em diferentes estágios de renda *per capita*; a seção quatro abordará três questões principais pelo lado da oferta: i) o tamanho de mercado; ii) os diferentes estados de desenvolvimento em um arcabouço de centro-periferia e de restrições externas subjacentes a tal padrão de crescimento; e iii) os custos de transporte em um cenário de estrutura de oligopólio de competitividade inter-regional.

2.1 Acumulação de Capital e Crescimento

Em seu modelo teórico seminal, Lewis (1954) afirma que as economias mais subdesenvolvidas apresentam oferta ilimitada de mão de obra, com produtividade marginal do trabalho zero nos setores de subsistência. O próprio processo inicial de desenvolvimento ocorre, segundo ele, através da acumulação de capital e do aumento da produtividade do setor capitalista, sendo os ganhos excedentes propiciados por este tomados pelos próprios capitalistas. Isso ocorre graças ao setor de subsistência tornar-se referência para os salários do outro setor produtivo e ao fator trabalho não ser escasso, como na teoria neoclássica. Essa apropriação de excedente é fundamental para um reinvestimento dos lucros em mais acumulação de capital e, conseqüentemente, em maiores ganhos de produtividade, aumentando progressivamente os níveis de investimento e poupança das economias. O que Lewis parece sugerir é que existe um regime *profit-led* nesse estágio inicial de desenvolvimento. O argumento é que a classe capitalista é a única que poupa sua renda e que se utilizaria dos recursos presentes na economia para o investimento produtivo ao invés de entesouramento ou de consumo. Logo, um direcionamento de recursos para a própria classe capitalista representa uma melhor alocação produtiva. “*the central fact of economic development is that the distribution of incomes is altered in favour of the saving class (...) Practically all saving is done by people who receive profits or rents*” (LEWIS, 1954, p. 157). O desenvolvimento é, assim, representado pelo próprio dinamismo e tamanho dessa classe capitalista em questão.

Furtado (1952) parece também descrever o processo de desenvolvimento econômico

em um estado primitivo através de um processo *profit-led*, mas via exportações, ainda evidenciando, posteriormente, a acumulação de capital como sendo fundamental a esse processo de desenvolvimento.

A abertura de uma corrente de comércio externo permitirá a essa economia utilizar mais a fundo e mais racionalmente aqueles fatores de que dispõe, em abundância relativa, a terra e a mão-de-obra. Ao obter uma maior quantidade de bens do que seria possível caso utilizasse apenas para o mercado interno seus fatores de produção, a economia terá aumentado sua produtividade. O aumento de renda real assim obtido poderá constituir a margem necessária que possibilitará o início do processo de acumulação de capital. Essa simples indicação deste problema põe em evidência a grande importância que tem para os países subdesenvolvidos a expansão do comércio mundial. (FURTADO, 1952, p. 207)

Para Furtado, o processo de desenvolvimento econômico consiste justamente no aumento da produtividade média. E esta, para ele, depende fundamentalmente da acumulação de capital posterior.

Portanto, o tratamento de desenvolvimento econômico passa pela problemática estrutural da acumulação de capital e do crescimento econômico para esses autores, ainda que Furtado (1964), Pinto (1970) e Bielschowsky (1998) incluam outros fatores de ordem social e política que se incorporarão na análise de variáveis como investimento, poupança e estruturas de oferta. De qualquer forma, define-se então a estrutura econômica em ambas as regiões com oferta ilimitada de mão de obra.

2.2 Desenvolvimento Distinto entre Regiões

Resta-nos então, a pergunta de que, se a acumulação de capital é um fator fundamental para esse arcabouço de desenvolvimento econômico, como então regiões crescem diferentemente, tanto em ritmo como em estruturas de especialização. A literatura que se propõe a explicar tal fenômeno é ampla. Os principais argumentos estão associados às teorias dos pólos de crescimento, de causação cumulativa, de base exportadora. e a questão da heterogeneidade produtiva.

Perroux (1967) explica os diferentes ritmos de acumulação e de desenvolvimento econômico entre regiões utilizando os conceitos de pólos de crescimento e de indústrias motrizes. As indústrias motrizes são definidas como aquelas cujas taxas de crescimento dos seus próprios produtos são maiores que a média do produto industrial ou do produto nacional durante determinados períodos. Além disso, é necessário que possuam também inúmeras relações locais de encadeamentos de insumo-produto. Para ele, a criação de novas indústrias ou um maior crescimento de uma indústria existente servem como sinalizadores de preços, fluxos ou antecipações. Assim, propaga-se uma relação inter-industrial

no espaço, oriundo da aglomeração geográfica, em que se evidencia o surgimento de economias externas. Essas economias externas caracterizam-se pela dimensão de seus efeitos de encadeamento, de forma a impulsionar o crescimento local e regional de onde se está inserido.

Existe, nessa construção de análise, uma indústria motriz e uma indústria movida (ou satélite), em que a segunda é induzida pelo crescimento da primeira, de forma que os dois grupos formam um chamado polo industrial. Este, por sua vez, quando formado por várias indústrias motrizes, compõe o denominado pólo de crescimento. Para Perroux, esses pólos de crescimento se formam como pólos de desenvolvimento quando realizam transformações estruturais no espaço em que estão inseridos. Portanto, o processo de desenvolvimento é descrito pela própria noção do desequilíbrio, em que a diminuição de hiato entre regiões depende da maior ou da menor capacidade desses pólos de desenvolvimento de formarem novas indústrias motrizes em outras regiões, juntamente com o auxílio de políticas públicas, e, assim, para dar seguimento a novas fontes de desequilíbrios.

Myrdal (1957) desenvolve o conceito de causação circular cumulativa para entender diferentes níveis de desenvolvimento entre países e entre regiões. Este conceito se apoia na noção de ciclo vicioso ou virtuoso, em que os mesmos fatores atuam como causa e consequência de modo a se reforçarem mutuamente. Não há autorregulação - como defende a hipótese de equilíbrio geral através das chamadas *balancing forces*. O autor vai além e afirma que a própria expansão de uma região gera *backwash effects* em outra região, seja via migração seletiva, fluxos de capitais ou livre comércio entre regiões em prol das mais desenvolvidas. Simultaneamente, o processo de desenvolvimento das regiões em desenvolvimento leva também aos chamados *spread effects*, i.e, efeitos positivos direcionados a regiões relativamente estagnadas oriundos do barateamento de alguma matéria prima ou produto devido ao desenvolvimento de outra região. Ou mesmo o surgimento de *spill overs* tecnológicos. Se os *spread effects* superarem os *backwash effects*, há então o surgimento de uma região dinâmica autossustentada.

Ainda evidenciando, assim como Furtado, o tamanho de mercado gerado por ganhos de exportação, Kaldor (1970) utiliza-se do conceito de causação cumulativa de Myrdal (1957) para enfatizar o surgimento de desigualdades entre regiões no mesmo país em um processo de crescimento econômico. Especulando sobre quais fatores influenciam as diferenças entre taxas de crescimento inter-regionais, o autor destaca a hipótese de rendimentos crescentes de escala no setor industrial, dado um aumento de mercado ocorrido. Esses ganhos de produtividade se dão de forma estática e dinâmica, enfatizados pelo *learning by doing*, pela chamada Lei de Kaldor-Verdoorn e por uma maior possibilidade de divisão do trabalho (YOUNG, 1928). Uma vez conquistado o *market share* da outra região, as taxas de crescimento divergem de maneira cumulativa e a problemática da desigualdade entre as regiões se amplia.

Lemos (1988) amplia a hipótese anterior de Kaldor e relaciona o progresso tecnológico ao próprio processo de urbanização. Para ele, o primeiro está intrinsecamente ligado ao desenvolvimento do setor de serviços, sendo este causa e consequência da urbanização. Esta, por sua vez, é responsável por direcionar a um processo de diversificação do setor terciário em que a aglomeração urbana - junto de sua concentração e de sua escala dos seus respectivos bens e serviços. Isso permite, assim, uma redução de custos relativos. A concentração espacial desse capital, oriunda da urbanização, leva então a diferenças regionais devido a uma maior produtividade e maior ritmo de progresso técnico localizado, i.e, maiores vantagens comparativas regionais. Consequentemente, o investimento é mais atrativo nessas regiões, levando a diferenciais ainda maiores de ritmos de acumulação de capital.

Já North (1977) desenvolve a chamada teoria da base exportadora. Seu objetivo é enfatizar o desenvolvimento, e posterior crescimento, de uma região a partir de um artigo de exportação - oriundo de redução de custos de transferência ou vantagem comparativa. Esse processo leva a economias externas, sendo condição necessária, ao menos em baixos níveis populacionais e de capital, para a saída da condição de subsistência. Essas economias externas estimulam a competitividade dos artigos de exportação. A partir dessa base de exportação, segue o desenvolvimento de outras atividades, sejam secundárias ou terciárias, vinculadas ou oriundas dessa artigo de exportação. Os lucros criados por essas atividades ou direcionados de outras regiões servem para a diversificação e maturação da base de exportação da região e seu subsequente desenvolvimento, redefinindo indústrias subsidiárias, padrões de urbanização e estrutura da força de trabalho. Tal processo, portanto, não reinvidica a industrialização como caminho necessário para o desenvolvimento e nem para os desequilíbrios.

Também explicando as diferenças regionais - mais centrado no caso da periferia - Pinto (1970), inspirado em Hirschman (1988), afirma que os setores modernos das economias adquirem um grau considerável de autonomia interna, com circuitos virtuosos entre relações despesa-receita e poupança-investimento vis-à-vis os setores mais atrasados de outras regiões. Isso é fundamental, portanto, para uma tendência "espontânea" em direção a uma menor irradiação dos frutos do progresso técnico para a periferia interna, como também numa maior concentração do centro com relação aos seus ganhos de produtividade.

2.3 Demanda Agregada e Desenvolvimento econômico

2.3.1 Consumo Agregado e o Efeito Demonstração

Nurkse (1952) centra sua análise de formação de capital na oferta de poupança, a qual, para ele, depende intrinsecamente dos padrões de consumo desses países subde-

envolvidos. O autor evidencia que é mais interessante observar o nível relativo de renda de regiões mais atrasadas em comparação com as regiões mais adiantadas do que o nível absoluto da renda das regiões. Crescentes diferenças entre os níveis de renda podem vir a elevar mais ainda a propensão geral ao consumo nas regiões menos desenvolvidas em momentos de acréscimos de renda. Tal fato refuta o argumento keynesiano de relativo declínio da propensão a consumir mediante esse contexto. Esse aspecto está aliado a uma maior consciência e percepção própria de subdesenvolvimento dessas regiões vis-à-vis os padrões de consumo das regiões mais desenvolvidas.

Inspirado em [Duesenberry \(1949\)](#), o consumo dos indivíduos é assumido como interdependente, afetando escolhas entre as variáveis consumo e poupança. Assim, as funções de consumo dos países desenvolvidos e subdesenvolvidos apresentam interdependência entre si. Transmitem-se hábitos de consumo comuns de padrões superiores de renda *per capital* das regiões mais desenvolvidas para a criação de novas necessidades e hábitos em regiões de renda *per capita* menores. Isso também é evidenciado em [Prebisch \(1949\)](#) sobre o consumo de bens de luxo e o chamado consumo “conspícuo” nos países da periferia, os quais tentam replicar os padrões de consumo do centro. [Baran \(1952\)](#) também argumenta em favor da tese ao afirmar que os empresários tem seu ímpeto de poupança freado pela vontade de imitar os padrões de seus pares em países mais desenvolvidos. Tal efeito de altas propensões a consumir em regiões subdesenvolvidas é consagrado na literatura como *efeito demonstração*.

Há certa inexactidão no conceito de poupança insuficiente como limitante do crescimento - muito devido à falta de uma distinção categórica entre poupança e financiamento (via crédito/*funding*) permitindo uma mais longa maturação do investimento ([TAVARES, 1985](#); [MYINT, 2010](#)). Contudo, a tese de efeito demonstração e a interconexão entre as respectivas funções de consumo é fundamental e precisa ao explicar altas propensões a consumir em regiões com renda *per capita* mais baixas

A partir da elucidação dos pontos anteriores, assume-se que em regiões mais subdesenvolvidas, a propensão a consumir é maior, validando assim a hipótese clássica kaleckiana nessas regiões de que os trabalhadores não poupam e toda a poupança agregada vem da classe capitalista. Já a região relativamente mais desenvolvida apresentará poupança oriunda dos trabalhadores por apresentar uma renda *per capita* maior e uma conseqüente maior propensão a poupar, embora a mesma também sofra desse efeito demonstração quando comparada com os países desenvolvidos.

2.3.2 Relação Investimento-Poupança no Subdesenvolvimento

[Nurkse \(1952\)](#) aborda a questão do investimento induzido como fundamental para o desenvolvimento. Entretanto, segundo ele, esse tipo de investimento encontra falhas nas regiões subdesenvolvidas por apresentar discrepâncias entre a produtividade margi-

nal social e a privada de capital, causadas pelos ganhos de escala intraindústria e inter indústria e os níveis de formação de capital não serem tão elevados. Esses são um dos argumentos defendidos pelo autor e por [Rosenstein-Rodan \(1943\)](#) para uma estratégia de crescimento equilibrado, em que o investimento inicial autônomo deve ser volumoso e já de aspecto amplo e complementar. Essa oferta criada de capital determina, assim, sua própria demanda, validando, nesse sentido, a Lei de *Say*.

Já [Hirschman \(1988\)](#) sugere que existe um foco excessivo nos defensores do crescimento equilibrado a respeito de dois momentos distintos de estágios de desenvolvimento, a saber: o subdesenvolvido e o desenvolvido. Não há, contudo, uma perspectiva nesse tipo de arcabouço dos avanços entre eles. Isso seria agravado pelo tratamento rígido principalmente na variável investimento. Nos países desenvolvidos, as oportunidades de investimento se transformariam efetivamente em investimento com uma frequência maior, dado o ritmo do avanço do progresso tecnológico. Tais investidores nessas regiões, segundo o autor, já se acostumaram ao processo de acumulação de capital, sua dinâmica e os riscos intermitentes a eles. Já nos países subdesenvolvidos, o crescimento é limitado não pela ausência de oportunidades de investimento ou de poupança, mas sim pela falta de uma conexão virtuosa entre essas duas. Tal argumento se expõe no sentido de piores condições de maturação do investimento no longo prazo (I.E, *funding*), menor desenvolvimento de *finance* para a tomada do investimento por parte do setor bancário, entre outros ([TAVARES, 1985](#)). O autor justifica esses problemas definindo ao que se refere à “habilidade de investimento”. O crescimento desta é determinado, então, pela prática. E a prática, por sua vez, depende da extensão do setor moderno-capitalista dessa economia.

[Hirschman \(1988\)](#) dessa forma argumenta que as decisões de poupança e investimento, nos países desenvolvidos, acontecem de forma mais automática e independente. Graças a isso, a igualdade entre poupança e investimento, presente em praticamente todo equilíbrio neokaleckiano, é precisa e realista para esse tipo de estrutura econômica. Isso não se verifica para as economias subdesenvolvidas, onde essas duas variáveis apresentam grande interdependência. O oferecimento de oportunidades de investimento e a remoção de obstáculos de outras ordens seriam mais fundamentais para o investimento do que simplesmente acréscimos de renda.

Nessa linha, [Rao \(2008\)](#) afirma que, em economias subdesenvolvidas, os mecanismos de transmissão entre renda, multiplicador e emprego são diferentes das descritas por [Keynes \(1936\)](#). Segundo o último, a propensão marginal a consumir de países subdesenvolvidos é alta. Logo, bastam pequenos incrementos de investimento para assegurar o pleno emprego de fatores. Tal processo ocorre diferentemente em economias desenvolvidas, sujeitas a maiores oscilações. Contudo, segundo Rao (*idem*), existem mecanismos que impedem uma propagação, tal qual Keynes sugere, de um incremento de investimento no crescimento de renda e de emprego. Entre eles, estão a presença de desemprego disfarçado,

uma curva de oferta de produto não perfeitamente elástica no curto prazo e a ausência de excesso de capacidade. O autor sugere então a hipótese de equilíbrios múltiplos de pleno emprego como uma descrição do próprio processo de desenvolvimento econômico.

Graças ao argumento de Rao (2008), fica evidenciado, então, que a existência de oligopólios e relativo excesso de capacidade são essenciais para o tratamento com maior significado econômico no equilíbrio do mercado de bens (curva *IS*). Tal sentido econômico deriva de um melhor funcionamento e capacidade de propagação do multiplicador da renda keynesiano - em conformidade com os modelos de crescimento *demand-led*. Esse cenário de estrutura produtiva não é, dessa forma, encontrado em estágios muito iniciais de subdesenvolvimento, de categórica dualidade de um setor pré-capitalista e de um setor capitalista moderno de exportação. Tal questão será melhor abordada quando evidenciarmos o lado da oferta.

2.4 O Lado da Oferta Agregada

2.4.1 O Tamanho de Mercado

Para Nurkse (1952), existem três principais motivos do porquê a demanda por investimento é menor em países de renda baixa. O primeiro é que o consumo é inelástico a esse nível de renda, desincentivando uma diversificação maior da demanda, e, conseqüentemente, do estímulo da oferta; o segundo é que o risco de investimento em aparelhos mais produtivos é maior (MOSLEY; VERSCHOOR, 2005) e o terceiro é que existem discontinuidades técnicas aumentando a discrepância entre a produtividade social e a produtividade privada do capital. Essas discontinuidades, por sua vez, determinam uma menor confiança do empresariado, diminuindo assim a eficiência marginal do capital. Tal discrepância existe graças aos ganhos de escala intra e inter-industriais, os quais fornecem retornos crescentes de escala e os chamados efeitos externos da atividade secundária (HIRSCHMAN, 1988). Em sua ausência, gargalos estruturais levam a sinalizações de mercado desvantajosas ao investimento privado. Esse descompasso entre a produtividade social do capital e a produtividade privada é um dos pontos cruciais para um ciclo vicioso em países subdesenvolvidos.

Nurkse aborda a questão do subdesenvolvimento como um aspecto limitante de uma subseqüente formação de capital. Para ele, o nível geral de produtividade determina o tamanho de mercado. E esse nível de produtividade é influenciado parcialmente pelo uso do capital. A intensidade do uso desse capital, por sua vez, deve ser requerida pela necessidade e pelo próprio tamanho de mercado. Assim, a produtividade é limitada também pelo tamanho do mercado. Cria-se, assim, outro ciclo vicioso. O estímulo ao investimento é limitado, portanto, ao tamanho do mercado. Além disso, Nurkse utiliza o argumento de Young (1928), em que a capacidade de compra depende intrinsecamente da capacidade de

produção e da produtividade. De maneira complementar, o próprio tamanho do mercado aprofunda a divisão do trabalho, permitindo lucros em setores antes não realizáveis graças a uma maior expectativa de receita futura. Ainda, mercados maiores favorecem escalas de produção maiores, com a presença de maiores rendimentos crescentes de escala. Nesses contextos, o lucro econômico é significativo. Tal lucro é sinalizador de novos lucros, aumentando o estoque de capital e a produtividade. De maneira complementar, maiores investimentos estimulam a demanda, aumentando as taxas de crescimento da economia e incentivando maiores níveis de produtividade via efeito Kaldor-Verdorn (KALDOR, 1966). Assim, o tamanho do mercado implica em uma diversificação produtiva maior, com uma divisão de trabalho mais ampla, acompanhados de maiores oportunidades de investimento em novos setores e uma estrutura de oferta de trabalho menos descontínua.

Furtado (1952) argumenta que a produtividade média, ao ser elevada, aumenta a renda real da coletividade. Ao se acumular capitais para intensificar a produção, a demanda por mão-de-obra aumenta. Supondo oferta limitada de mão de obra ou um aumento da produtividade do setor de subsistência, os salários reais tenderão a subir. Esse aumento da renda dos salários, por sua vez, tenderá a se distribuir entre consumo e investimento. Essa elevação da renda real de um público consumidor tenderá a diversificar a demanda, levando a uma maior diversificação da oferta. Portanto, uma maior diversificação produtiva em economias de maior produtividade também surge por uma mudança de perfil da demanda.

Assim, os trabalhadores da região relativamente mais desenvolvida encontrarão uma estrutura de produção mais diversificada oriunda de um tamanho maior de mercado. Esse tamanho de mercado é resultado de uma maior produtividade e uma consequente maior divisão do trabalho. Portanto, uma estrutura que permita a existência, de maneira significativa, de trabalhos gerenciais e indiretos (*overhead labor*) encontra maior validade teórica para tal região ao invés de uma dual e usual distinção entre capitalistas e trabalhadores. Além disso, a inclusão desse *overhead labor* leva a uma necessidade de distinguir distribuições de renda aos trabalhadores conforme diferentes distribuições na pirâmide da renda pessoal. Tal distribuição determinará maiores ou menores vazamentos de renda, os quais afetam o nível de poupança e a demanda efetiva. Em oposição, a região relativamente mais subdesenvolvida encontrará um tamanho de mercado menor, proveniente de um nível médio de produtividade também menor, e uma estrutura de oferta de trabalhos mais dual e contrastante.

2.4.2 Estados de subdesenvolvimento, Heterogeneidade Estrutural e Relação Centro-Periferia

Furtado (1964) diferencia dois estados de subdesenvolvimento. O primeiro, mais simples, é marcado pela coexistência de empresas estrangeiras, produtoras de exporta-

ção, e de uma extensa faixa de economia de subsistência. Tal estrutura apresenta baixa dotação de capital e baixos transbordamentos do desenvolvimento ali inserido. Tal setor moderno trabalha, na maior parte das vezes, à plena utilização dos fatores de produção, respondendo a estímulos e decisões de sua matriz e não necessariamente ao estado de aquecimento da demanda local.

Já o segundo estado, melhor classificado para países de renda média, apresenta três setores na economia: um de subsistência, outro ligado ao mercado exportador e um terceiro apresentando um núcleo industrial ligado ao mercado interno. Este último apresenta-se diversificado o suficiente para produzir parte de bens de capital que permitam seu próprio crescimento. Tal setor não apresenta, segundo o autor, uma política ocupacional de emprego compatível com sua dotação de fatores. A consequência mais evidente é a de que esse setor industrial, embora com grau de diversificação significativo, apresenta uma taxa de ocupação tipicamente pré-capitalista. O desenvolvimento ocorrido até então atua excluindo assim uma parcela significativa da população dos benefícios proporcionados por ele.

Tal classificação é também assumida por [Pinto \(1970\)](#). O autor destaca o primeiro caso como representante de uma tese dualista, cuja ênfase reside em destacar o poder de irradiação do *locus* exportador para o resto da economia como quase nulo. A heterogeneidade estrutural nessas economias se verifica seja nos desníveis significativos de produtividade entre o setor exportador e o de subsistência, seja também na diferença entre as relações capitalistas do primeiro e 'senhoriais' do segundo, ou mesmo nos diferentes graus de integração a um sistema político nacional. Para o autor, a industrialização surge como principal responsável pelo rompimento desse quadro analítico abstrato, promovendo uma diversificação *hacia dentro* de um setor mais produtivo que a média e mais moderno no que tange as relações de trabalho.

É sugerido, então, uma nova classificação (primitiva, intermediária e moderna) em que se problematiza as questões da descontinuidade intersetorial e suas consequentes relações entre si na dinâmica do desenvolvimento. Sobre a primeira, destaca-se a magnitude dessa descontinuidade, contrastando com uma relativa homogeneização dos níveis de produtividade dos países desenvolvidos entre setores. Evidencia-se também que o *quantum* de pessoas localizadas nos setores mais atrasados é muito maior do que nos países desenvolvidos nesses mesmos setores. Já no que concerne às relações entre si na dinâmica do desenvolvimento, os setores "líderes" supostamente são responsáveis por um papel de desencadeamentos "para frente e para trás" ([HIRSCHMAN, 1988](#)), buscando uma homogeneização desse sistema econômico. Entretanto, o que se observou, segundo o autor, é que esses setores modernos, na realidade latino americana, levaram a um aprofundamento de sua heterogeneidade na prática.

A tentativa do processo de dinamização desse setor industrial voltado ao mercado

interno partiu de um diagnóstico de relação centro-periferia entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos. Esse arcabouço teórico inaugurado por [Prebisch \(1949\)](#) destinava-se a analisar o modo de inserção internacional da região da América Latina, explicitando uma crítica a análise de vantagens comparativas ricardiana de especialização produtiva, a qual defende um modelo primário-exportador para as economias subdesenvolvidas. Para o autor, a distribuição dos benefícios do progresso técnico nesse esquema de divisão internacional do comércio não aconteciam de forma homogênea devido a características estruturais de como esse comércio internacional é organizado, além da capacidade organizativa social e laboral. Segundo ele, tal forma de inserção reproduz as condições do subdesenvolvimento, aumentando o *gap* entre os países. Isso se deve à incapacidade da periferia de apropriar-se dos benefícios do progresso técnico gerados no centro dada sua estrutura de acentuada heterogeneidade produtiva. Essa relação de centro-periferia se manifesta através do comércio internacional, onde centram-se as assimetrias de distribuição do progresso técnico via preços.

Esse aprofundamento da heterogeneidade argumentando por [Pinto e Filippo \(1974\)](#), em consequência do processo de industrialização interna, deveu-se a uma absorção abaixo da esperada pelo setor moderno. Como consequência, o autor argumenta a respeito de uma menor irradiação dos frutos desse progresso técnico, assim como a respeito de uma coexistência de uma maior absorção a uma chamada “periferia interna” desse setor moderno. Isso reforça, então, uma ideia de centro-periferia que se reproduz inclusive no cenário nacional. Entre as formas desse ‘colonialismo interno’, o autor cita: i) relação dos termos de intercâmbio; ii) discriminação cambial; iii) transferência de excedentes financeiros da periferia em direção ao centro; e iv) possível desproporção de investimentos públicos em direção aos setores mais modernos.

[Pinto e Filippo \(1974\)](#) relacionam a heterogeneidade estrutural como causa da questão distributiva de renda para a América Latina. Para tanto, estruturam a heterogeneidade estrutural em principalmente duas dimensões: i) a natureza das relações sociais características dos estratos produtivos; e ii) a estrutura de poder, planteada principalmente a nível político. A primeira se relaciona com as condições de trabalho, as condições de propriedade e as condições referentes ao poder de negociação das classes, todos mais deletérios nos setores mais atrasados e primitivos da economia. Já a segunda é vista mediante uma concentração do aparato político que desarruma o campo democrático em direção a um caminho de maior desigualdade de interesses.

Em suma, será delimitado o tratamento das regiões subdesenvolvidas oriundas de países de renda média ainda com um setor de subsistência de produtividade marginal zero e de uma mão de obra ainda razoavelmente ilimitada no sentido posto por [Lewis \(1954\)](#). Contudo, o próprio processo de desenvolvimento mais complexo dos países de renda média trazido para o aspecto regional já apresentou uma consolidação de certa industrialização

nas regiões e de uma oligopolização de mercado, embora a níveis desiguais. Tal cenário legitima o tratamento da variável demanda por investimento como sendo influenciada também pela escolha do grau de utilização da capacidade produtiva, respondendo a estímulos de demanda efetiva e não só pela expectativa de lucro futuro. Assim, a análise da problemática em questão através do arcabouço neokaleckiano ganha força, possibilitando a existência de regimes de demanda mais igualitários do ponto de vista distributivo em contextos de fortes respostas do investimento à variável grau de utilização da capacidade. Em outras palavras, regimes de crescimento *wage-led*. Ou seja, transferências de renda para trabalhadores podem levar a maiores níveis de crescimento e não indubitavelmente a um cenário de *profit squeeze*.

Não obstante, a heterogeneidade produtiva justifica também assumirmos um nível de produtividade maior de uma região relativamente a outra. Assim, maiores níveis de produtividade mediante um comércio inter-regional, resultam em níveis de saldos comerciais crônicos e apropriações assimétricas do progresso técnico via preços. Isso estabelece uma relação de centro-periferia entre duas estruturas oligopolistas dessas duas regiões distintas, em que as regiões relativamente mais desenvolvida e subdesenvolvida desempenham o papel de centro e periferia, respectivamente.

Além disso, o país em questão continua sendo um país de renda média, no qual o desenvolvimento regional aqui apontado é apenas relativo. Logo, esse país estabelece uma relação de periferia-centro com os países de maiores níveis de renda *per capita*. A suposição então é que somente a região relativamente mais desenvolvida assuma esse papel ativo de periferia em sua estrutura oligopolista no comércio internacional, e portanto, de ajuste endógeno de utilização de capacidade. É importante ressaltar que a região relativamente mais subdesenvolvida também atua nesse papel periférico com o resto do mundo. Contudo, tal atuação ocorre principalmente em sua estrutura agro-exportadora, sem controle de preços e com baixos transbordamentos para outros setores, e não em sua estrutura oligopolista-industrial. Portanto, tal estrutura regional é deixada de fora das hipóteses da construção de um modelo teórico no que concerne o comércio internacional, embora entenda-se que tal papel continua presente e de suma importância macroeconômica em sua atividade econômica.

2.4.2.1 Restrições Externas ao Crescimento

Ao analisar a problemática geral do subdesenvolvimento, Bruton (1955) argumenta que a dotação de fatores precisa ser alterada em busca do desenvolvimento econômico, de forma a aumentar o fator capital em detrimento do fator trabalho. Ou seja, argumenta em prol da acumulação de capital. Contudo, o autor aponta como insuficiente a mera importação do primeiro, já que as tecnologias modernas estão refletindo características específicas do processo de inovação localizados nos países desenvolvidos.

Tal argumento é um dos cerne dos trabalhos da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), os quais argumentam que a absorção do progresso técnico e transbordamento de emprego e renda dos setores modernos dessas economias é limitada devido a essa assimetria de dotações de fatores. A tecnologia importada historicamente dos países desenvolvidos é limitadora em trabalho, já que estes não trabalham mais com oferta ilimitada de mão de obra. Tal condição não é reproduzida nos países subdesenvolvidos. Estes em geral são possuidores de outras dotações de fatores, contextos históricos e particularidades. Isso impede a utilização eficiente do capital em questão com relação ao produto e ao emprego, fazendo-se necessária a construção de um processo próprio de inovação.

Tal problemática é posteriormente classificada na literatura como falta de ‘congruência tecnológica’ (ABRAMOVITZ, 1994). Bruton (1955) sugere, a fim de permitir maior flexibilidade nesse processo de elevação da dotação de capital, algo assemelhante a um desenvolvimento de um Sistema Nacional de Inovação, como bem descrito em Freeman (1995). Tal processo reflete um acúmulo de fatores particulares e únicos no tempo, considerando instituições, aspectos culturais, interesses de classes e decisões cruciais únicas no tempo. É portanto, *path dependence*, marcado por uma ausência de um único estado de equilíbrio estático ou dinâmico.

Resende e Torres (2016) argumentam que tais Sistemas Nacionais de Inovação influenciam as diferentes elasticidades-renda de importação e exportação entre os países, determinando, assim, distintas restrições ao crescimento econômico para as regiões subdesenvolvidas com relação às regiões desenvolvidas e o processo de inserção externa. Esse processo dá-se, segundo essa literatura, via restrições no balanço de pagamentos (PREBISCH, 1949; THIRLWALL; MCCOMBIE, 1994), através de assimétricas apropriações do progresso tecnológico e das reações aos ciclos econômicos, marcando uma relação centro-periferia. Isso retomaria o argumento anterior de Kaldor (1970), mas sob uma roupagem mais estruturalista. Uma vez compreendido esse mecanismo, entende-se mais uma rigidez ao próprio processo de *catching up*.

Portanto, delimita-se e explicita-se como o ambiente econômico e sua produtividade determinam as resultantes relações de dependência econômica entre regiões e entre países. Assim, inserimos os custos de transporte como uma *proxy* para captar parte da produtividade propiciada pelo ambiente em um cenário de competição externa.

2.4.3 Custos de Transporte em um Aspecto Regional

Hirschman (1988) argumenta que é mais fácil, em uma região subdesenvolvida, iniciar uma indústria do que o desenvolvimento eficiente desta. A dificuldade de manutenção regular de setores como estradas, canais de irrigação, construções e maquinaria aponta para perdas de competitividade no médio-prazo fundamentais nessas regiões. Em outra

roupagem, argumenta-se exatamente sobre a existência de menores economias externas. Isso afeta o que ele chama de produtividade normal, a qual é entravada por deficiências e efeitos negativos externos às firmas.

Em consonância, Bruton (1955) afirma que o fator mais importante no sentido de aumento da produtividade do capital parece ser o aumento de instalações de capital social básico. São fundamentais, então, instalações de transportes e energia para a criação de externalidades para as empresas. Tais instalações não só são cruciais para uma produtividade crescente dos setores atingidos, como também antecipam investimentos de mercado, atuando como sinalizadoras de novas oportunidades de investimento. O autor argumenta que tal característica é de suma importância em regiões onde não há a formação de uma classe empresarial com habilidade de investimento já consolidada.

Com relação a estruturas de *mark-ups* variáveis e endógenos aos modelos, Blecker (1989) consagrou essa endogenia através de variações da taxa de câmbio real em uma estrutura de substitutos imperfeitos. Contudo, uma adaptação para um comércio inter-regional pode ser feita. A hipótese aqui levantada é, então, que as firmas ajustam sua capacidade de *mark-up* para tornarem-se mais competitivas, analisando vantagens ou deficiências comparativas com relação à outra região que comerciam. Assim como no modelo de Blecker, esse repasse ao *mark-up* não é perfeito, pois os produtos entre regiões nem sempre são substitutos perfeitos entre si, não determinando apenas uma competição via efeito preço.

Uma variável que se acredita continuamente ter uma grande relevância para uma determinação inter-regional da demanda por investimento é exatamente a de custos de transporte relativos. Estes apresentam uma heterogeneidade considerável entre regiões em cenários de renda média, movidos inclusive pela acentuada heterogeneidade estrutural, influenciando *gaps* de produtividade e economias externas e consequentemente sinalizando resultados comerciais inter-regionais.

Bertussi e Junior (2012) ajudam a confirmar a importância dos gargalos em infraestrutura de transportes, mostrando, para o Brasil, que investimentos nessas áreas são significativos para um maior crescimento de médio/longo prazo. Entretanto, os resultados estimados exibem diferentes respostas da variável investimento quando comparado ao grau de desenvolvimento das regiões do país. Isto é, regiões menos desenvolvidas apresentam rendimentos marginais maiores e mais duradouros do que as regiões mais desenvolvidas.

Dessa forma, determinaremos uma função demanda por investimento na qual os custos de transporte relativos tomam lugar fundamental em sua determinação. Além disso, tais custos entram como custos variáveis na determinação dos preços regionais.

3 Um Modelo Neokaleckiano Regional

A questão do subdesenvolvimento, embora relativamente pouco explorada pelos modelos neokaleckianos tradicionais, encontrou alguma visibilidade em Kalecki (1976). Este afirma que o desemprego, nas regiões subdesenvolvidas, encontra maiores causas na escassez de capital e não em insuficiências de demanda. Nessa linha, Taylor (1983) também desenvolveu um modelo Norte-Sul no qual o Norte se apresenta restringido pela demanda, e o Sul restringido por estoque de capital. Razmi (2016) retoma o arquétipo estruturalista de subdesenvolvimento original ao afirmar que economias de rendas mais baixas são frequentemente caracterizadas por uma estrutura de mercado de trabalho e de bens dual. Estas apresentam um setor moderno, exportador e competitivo convivendo ao lado de um setor mais tradicional e informal. O autor também adiciona ao seu diagnóstico que, como esses tipos de economia apresentam alta importação de bens de capital e alta elasticidade-renda das importações, seu crescimento é consideravelmente mais limitado pelas restrições ao balanço de pagamentos.

Vamos supor, na construção de duas regiões contrastantes, que a região subdesenvolvida responde ao efeito demonstração ao perceber seu relativo atraso com relação à região desenvolvida. O diferencial de níveis de renda entre as regiões incentiva, portanto, uma conversão ainda maior de aumentos da renda para consumo, diminuindo a propensão a poupar. A partir dessa argumentação, a suposição de que os trabalhadores da região subdesenvolvida não poupam suas rendas pode ocorrer sem grande perda de generalidade.

Já para a região desenvolvida, supõe-se que o aumento e desenvolvimento do setor capitalista - desencadeado por um aumento de produtividade também do setor de subsistência da região - proporcionou um aumento de salários e das taxas de lucro de forma considerável, levando a um ciclo virtuoso entre o aumento da produtividade, das externalidades inter indústria e do investimento. Em um contexto em que o setor financeiro e capitalista na região em questão se apresenta de forma mais contundente e desenvolvida do que em outra região do país, é razoável supor um aumento de cargos de gestão e hierarquização dentro das firmas. Isso resulta em maiores faixas de distribuição dos salários e de própria produtividade entre setores. A desigualdade ao longo da renda dos salários faz com que existam *top wage earners* com propensão a poupar muito próximas, senão iguais, às propensões dos capitalistas, aumentando o vazamento do multiplicador keynesiano e diminuindo os efeitos de dinamismo do mercado. É definido, portanto, uma poupança significativa oriunda da classe dos trabalhadores, de maneira que será melhor delimitada adiante.

Sumarizando mais explicitamente, as principais hipóteses assumidas são:

- Oferta ilimitada de mão de obra para as duas regiões;
- Estrutura de oligopólio industrializada para as duas regiões;
- Utilização de capacidade endógena para as duas regiões;
- As duas regiões comercializam entre si e com o resto do mundo;
- A produtividade do trabalho da região mais desenvolvida é maior do que a região subdesenvolvida;
- Nos modelos neokaleckianos, as firmas definem o *mark-up* dada uma taxa de lucro esperada. Além disso, as firmas aqui também têm como objetivo defender o seu *market-share*, na linha de [Blecker \(1989\)](#);
- *Mark-up* endógeno como função dos custos de transportes para as duas regiões;
- A poupança externa - seja regional ou internacional - representa saldos comerciais e subseqüentes relações de centro-periferia;
- Os trabalhadores da região subdesenvolvida consomem toda a sua renda;
- Os trabalhadores da região desenvolvida poupam. Tal poupança varia diretamente com o nível de desigualdade da renda pessoal;
- O tamanho de mercado da região desenvolvida é maior, justificando uma maior diversidade produtiva e nível de produtividade;
- Câmbio real é considerado fixo.

3.1 O Modelo

A função de formação de preços é a mesma dos modelos canônicos neokaleckianos, como [Bhaduri e Marglin \(1990\)](#) e [Blecker \(1989\)](#). Existe apenas uma firma representativa para cada economia regional. Não haverá um papel relevante da instância governamental ou fiscal. A produção requer apenas trabalho e capital. Não é utilizado nenhum bem intermediário. Apenas um tipo de bem é consumido, tanto para consumo pessoal, como para capital fixo. O capital em questão não passa por depreciação. Assim:

$$p = \tau(wb), \quad (3.1)$$

em que p representa os preços, τ representa a taxa de *mark-up*, ($\tau > 1$), w é o salário nominal e b é o trabalho necessitado por unidade de produto final, sendo $1/b$ a produtividade do trabalho. Então, $b = L/Y$, em que L é a quantidade de trabalhadores empregados e Y é o produto realizado. Assumimos que $(1/b_S) < (1/b_D)$, de forma que a produtividade do

trabalho da região desenvolvida é maior. Além disso, wb representa os *unit labour costs*. Logo os custos variáveis médios e marginais serão iguais e constantes para qualquer taxa de salário nominal.

Em decorrência de (1), diminuindo-se (wb) dos dois lados, $p - wb = wb(\tau - 1)$ representará o lucro unitário. Então, multiplicando-se por $\frac{Y}{p}$, tem-se que:

$$R = (wL/Y)(Y/p)(\tau - 1)$$

$$R = \frac{wL}{p}(\tau - 1)$$

em que R representa o lucro total. Dividindo os dois lados por Y :

$$\pi = \frac{\tau - 1}{\tau}, \quad (3.2)$$

$$\varphi = \frac{wb}{p} = 1 - \pi = \frac{1}{\tau}, \quad (3.3)$$

em que π representa o *profit-share*, (R/Y), e φ representa o *wage-share*, wL/Y . Portanto, observa-se que a partir de uma regra de decisão das firmas, chega-se nas distribuições funcionais da renda. Já com relação ao salário real, explicitam-se os seus determinantes:

$$\frac{w}{p} = \left(\frac{1}{\tau}\right) \left(\frac{1}{b}\right). \quad (3.4)$$

Logo, o salário real é determinado pelo inverso da taxa de *mark-up* e pela produtividade, $1/b$. Assim, à medida que as empresas diminuem sua taxa de *mark-up* - seja por maior concorrência, seja por maior relevância de efeito-preço ou por menor poder de monopólio - isso se refletirá em um maior nível de salário real.

Com relação ao confito distributivo, utiliza-se (3) em (4), de forma que:

$$\frac{1}{b} = (1 - \pi)^{-1}(w/p).$$

A equação acima explicita que, a uma produtividade constante, qualquer aumento do salário real levaria necessariamente a uma redução do *profit-share* e vice-versa.

Considerando uma competição inter-regional, admite-se que as empresas possuem uma margem de lucro diferenciada graças a condições externas à própria firma. Essas condições externas afetam a região em uma possível perda de competitividade com relação a outra. A variável escolhida para captar essa função, como já argumentado anteriormente, é a de custos de transporte relativos, t , de forma que $t_0 = t_S/t_D$ para a região subdesenvolvida, e $t_1 = t_D/t_S$ para a região relativamente mais desenvolvida. As variáveis t_S e t_D representam os custos de transporte das regiões relativamente mais subdesenvolvida e

desenvolvida, respectivamente. Espera-se que $t_0 > 1$, ao passo que $t_1 < 1$. Formalizando esse ajuste feito pelas empresas, tem-se que:

$$\tau = \tau_B \left(\frac{1}{t} \right)^\theta, \quad (3.5)$$

em que τ_B é o *mark-up* base das firmas e θ é a elasticidade do ajuste. Como $\tau > 1$ deve sempre ser mantido, assegura-se que $0 < t < \tau_B^{\frac{1}{\theta}}$ e $0 < \theta < 1$. Como, em geral, $t_D \neq t_S$, o *mark-up* praticado vai divergir do *mark-up* base. Se $t_0 > t_1$, logo $\left(\frac{1}{t_1}\right)^\theta > \left(\frac{1}{t_0}\right)^\theta$, o que, a um mesmo τ_B e a $0 < \theta < 1$, temos que $\tau_S < \tau_D$, em que τ_S e τ_D representam a taxa de *mark-up* da região subdesenvolvida e desenvolvida, respectivamente. Logo, a região mais subdesenvolvida apresenta uma taxa de *mark-up* mais reduzida, tendo em vista que seu grau de competitividade oriundo do ambiente econômico é prejudicado. Consequentemente, o *wage share* da região subdesenvolvida também será maior *vis-à-vis* à região desenvolvida.

É necessário explicitar que, apesar da taxa de *mark-up* ser maior na região desenvolvida, isso não se reflete em um salário real menor em comparação à outra região. Isso porque a produtividade do trabalho também é maior na região desenvolvida, de forma que mais do que compensa o primeiro efeito. Assim, afirmamos que $(w/p)_D > (w/p)_S$, de forma que $(1/b_D)(1/\tau_D) > (1/b_S)(1/\tau_S)$, em que $(w/p)_D$ e $(w/p)_S$ representam o salário real das regiões desenvolvida e subdesenvolvida, respectivamente.

A taxa de lucro será representada por:

$$r = \frac{R}{K} = \left(\frac{R}{Y} \right) \left(\frac{Y}{K} \right) = \pi u, \quad (3.6)$$

de forma que r é a taxa de lucro, R é, novamente, o lucro total, K é o estoque de capital, considerado fixo no curto prazo, e $u = Y/K$ representa a taxa de utilização da capacidade produtiva.

3.1.1 O Modelo da Região Desenvolvida

Seguindo Marglin e Bhaduri (1990), Rowthorn (1981) e Dutt (1987), a demanda de investimento, normalizada pelo estoque de capital, será determinada positivamente pela taxa de lucro e pelo grau de utilização da capacidade produtiva. A racionalidade por trás do primeiro é que a taxa de lucro corrente se torna uma *proxy* para a expectativa de ganhos futuros, além de prover financiamentos internos para futuros planos de acumulação e de facilitar uma alavancagem externa (ROWTHORN, 1981; KALECKI, 1971; LIMA, 2004). Já a utilização da capacidade tem um efeito positivo - primeiro indiretamente através da maior lucratividade e, segundo, diretamente através do desejo das firmas de manterem uma margem de utilização ociosa para reagir a movimentos de demanda não antecipados, aumentando produção. Uma eventual incapacidade de responder a esses movimentos de

demanda em mercados oligopolistas pode levar a uma perda de *market-share*. Dessa forma, a função investimento, normalizada pelo estoque de capital, é:

$$g_D^i = \frac{I}{K} = \alpha_0 + \alpha_1 r + \alpha_2 u_D$$

$$g_D^i = \frac{I}{K} = \alpha_0 + (\alpha_1 \pi + \alpha_2) u_D > 0, \quad (3.7)$$

em que $\alpha_0, \alpha_1, \alpha_2 > 0$. A variável u_D representa a utilização da capacidade para a região desenvolvida. A variável I , por sua vez, é o investimento das firmas e g_D^i é a taxa acumulação de capital da região.

Nessa região, assumimos uma poupança proveniente da renda dos salários. Esta varia de forma crescente com o nível de desigualdade através de uma maior propensão a poupar, s_ω , na linha de [Carvalho e Rezai \(2016\)](#). A justificativa é de que nessa região, mais desenvolvida, existem *wage earners* com renda extremamente alta, com poupança semelhante as dos capitalistas. O argumento encontra semelhança com a introdução de *overhead labor* feita em [Palley \(2017\)](#) no modelo Bhaduri-Marglin. A hipótese é de que isso não se verifica para as regiões menos desenvolvidas, em que a desigualdade, mesmo quando maior, permanece seguindo uma lógica mais dual entre capitalistas e trabalhadores. O parâmetro s_ω , representa a poupança oriunda dessa nova classe e depende, portanto, do tamanho da distribuição de renda entre os trabalhadores, capturado na variável σ . Quanto mais desigual a distribuição, maior o σ e maior a propensão total a poupar ($\partial s_\omega / \partial \sigma > 0$).

Além disso, é assumido que tal região apresenta um comércio internacional com os países desenvolvidos cuja relação reproduz um esquema centro-periferia estruturalista de aspecto global, mas agora no papel de periferia. Como trata-se de um modelo de curto prazo, assumimos igualmente um câmbio real fixo. Esta é positiva por representar um déficit com o resto do mundo. Formalizando a poupança externa internacional, S_e^I , normalizada pelo estoque de capital:

$$S_e^I / K = \eta_0 + \eta_1 u_D - \eta_2 x_I > 0, \quad (3.8)$$

em que os três coeficientes são positivos e x_I é a taxa de crescimento do resto do mundo. Como se trata de um país de renda média, assumimos que a taxa de crescimento internacional não depende de variações dos *unit labor costs*. Já a poupança externa regional da região desenvolvida, S_e^D é dada por:

$$S_e^D / K = \gamma_0 + \gamma_1 u_D < 0, \quad (3.9)$$

em que $\gamma_0 < 0$ e $\gamma_1 > 0$. O sinal final negativo reflete o caráter estrutural superavitário da região com relação a outra. Assumimos, portanto, que ambos os saldos comerciais são

ponderados pela própria atividade da economia em questão. No que tange o comércio regional, entretanto, admite-se que o comércio da região subdesenvolvida não é determinante para consequentes saldos comerciais regionais na região desenvolvida - já que um caráter mais estrutural é assumido, captado pelo termo autônomo, γ_0 . Teoricamente, utilizamo-nos do argumento de Myrdal (1957) a respeito da maior autonomia de certas regiões no processo de desenvolvimento em comparação a outras.

Utilizando (3.6), (3.8) e (3.9), a poupança total é, então, definida por:

$$g^s = \frac{S}{K} = \frac{S_\pi}{K} + \frac{S_\omega}{K} + \frac{S_e^S}{K} + \frac{S_e I^S}{K}$$

$$g_D^s = \frac{S}{K} = \eta_0 + \gamma_0 + (s_\omega(\sigma)\varphi + s_\pi\pi + \eta_1 + \gamma_1)u_D - \eta_2 x_I, \quad (3.10)$$

em que $S_\pi = s_\pi R$ é a poupança total dos capitalistas, S_ω é a poupança dos trabalhadores, s_π é a propensão a poupar dos capitalistas e $s_\omega(\sigma)$ é a propensão a poupar dos trabalhadores.

A partir da condição de equilíbrio, ($g_D^i = g_D^s$), a utilização da capacidade é definida por:

$$u^* = \frac{\alpha_0 - \gamma_0 - \eta_0 + \eta_2 x_I}{s_\omega(\sigma)\varphi + (s_\pi - \alpha_1)(1 - \varphi) - \alpha_2 + \eta_1 + \gamma_1}$$

$$u^* = \frac{\alpha_0 - \gamma_0 - \eta_0 + \eta_2 x_I}{\Phi} > 0, \quad (3.11)$$

em que $\Phi = s_\omega(\sigma)\varphi + (s_\pi - \alpha_1)(1 - \varphi) - \alpha_2 + \eta_1 + \gamma_1 > 0$. Assim, para $u_D^* > 0$, supõe-se também que $\alpha_0 - \gamma_0 - \eta_0 + \eta_2 x_I > 0$. A condição de estabilidade keynesiana é mantida, i.e, o investimento deve ser menos sensível a mudanças na utilização da capacidade do que a poupança, já que

$$\frac{d \dot{u}}{d u} = -\Phi < 0.$$

A taxa de crescimento da região desenvolvida, g_D^* , será definida substituindo-se (3.11) em (3.7), de forma que:

$$g_D^* = \alpha_0 + \frac{(\alpha_1\pi + \alpha_2)(\alpha_0 - \gamma_0 - \eta_0 + \eta_2 x_I)}{\Phi} > 0 \quad (3.12)$$

Agora, resta-nos analisar três efeitos: 1) os efeitos de desigualdade sob a utilização de capacidade; 2) o efeito de uma variação do *wage-share* sob a utilização da capacidade, caracterizando o regime de demanda; e 3) o efeito da variação do *wage-share* sob a taxa de crescimento, caracterizando o regime de crescimento. Para se analisar os efeitos da

desigualdade de renda intra classe entre os trabalhadores sobre a utilização da capacidade, deriva-se (3.11) com relação a σ , de forma que:

$$\frac{du_D^*}{d\sigma} = -u_D^* \left(\frac{\varphi}{\Phi} \right) \frac{\partial s_\omega(\sigma)}{\partial \sigma} < 0 \quad (3.13)$$

Logo, no modelo, redistribuições das classes de trabalhadores mais pobres para as classes de trabalhadores mais ricas e gerenciais aumentam o ‘vazamento’ do estímulo da demanda agregada via multiplicador. A consequência disso é que a Demanda Agregada diminui, algo previsto pelo paradoxo da parcimônia de Keynes (CARVALHO; REZAI, 2016). Já políticas de combate à desigualdade entre os ganhadores de salário estimulam positivamente o produto via utilização da capacidade.

Para se analisar o regime de demanda na região em questão e a inclinação da curva IS, deriva-se (3.11) com respeito a φ . Então:

$$\frac{du_D^*}{d\varphi} = \frac{1}{\Phi} (u_D^* \delta) \leq 0, \quad (3.14)$$

em que $\delta = (s_\pi - s_\omega(\sigma) - \alpha_1)$.

A condição para se definir o regime de demanda se reflete dentro do parênteses da equação acima. Há uma indefinição a respeito do sinal e, conseqüentemente, do regime de demanda, sendo *wage-led* caso positivo e *profit-led* caso contrário. Contudo, a propensão marginal a poupar dos trabalhadores é significativa em um cenário de maior desigualdade entre os *wage earners*. Nos países de renda média, tal atributo é ainda mais característico, sendo geralmente considerado como um dos principais responsáveis para a chamada ‘armadilha da renda média’, aumentando $s_\omega(\sigma)$ significativamente. Portanto, define-se $\delta = (s_\pi - s_\omega(\sigma) - \alpha_1) < 0$. Dessa forma, caracterizamos o regime de demanda indubitavelmente como *profit-led* e $du_D^*/d\varphi < 0$.

Para o resultado do regime de acumulação, deriva-se (3.12) com relação a φ . Assim:

$$\frac{dg_D^*}{d\varphi} = -\alpha_1 u_D^* + \frac{1}{\Phi} ((\alpha_1(1 - \varphi) + \alpha_2) + (g_D^* - \alpha_0)\delta) \quad (3.15)$$

A equação (3.15) pode ser substituída por

$$\frac{dg_D^*}{d\varphi} = -\alpha_1 u_D^* + (\alpha_1(1 - \varphi) + \alpha_2) \frac{du}{d\varphi} < 0.$$

O sinal acima resultante é negativo em consequência do sinal do regime, isto é, $du/d\varphi < 0$.

Portanto, além de que transferências em direção a uma maior desigualdade de renda pessoal sempre desincentivarem a utilização de capacidade via maiores vazamentos

de demanda agregada, o modelo apresentou resultados de regime de acumulação e de demanda *profit-led*.

3.1.2 O Modelo da Região Subdesenvolvida

Para o modelo da região subdesenvolvida, repetimos a função investimento do modelo anterior. Dessa forma:

$$g_S^i = \frac{I}{K} = \alpha_0 + (\alpha_1\pi + \alpha_2)u_S, \quad (3.16)$$

em que $\alpha_0, \alpha_1, \alpha_2 > 0$. A variável u_S igualmente representa a utilização da capacidade para a região subdesenvolvida. A variável I , por sua vez, é o investimento das firmas e g_S^i é a acumulação de capital da região subdesenvolvida.

Já do lado da poupança, utiliza-se a hipótese kaleckiana de que a propensão marginal a poupar dos salários é zero, favorecida pelo efeito demonstração. Como as regiões interagem entre si comercialmente, faz sentido incorporar a ideia de uma poupança externa para financiar determinados saldos comerciais realizados entre as duas regiões modeladas. De forma mais direta: déficits (superávits) comerciais são incorporados no modelo via poupança externa positiva (negativa). Como o modelo é de curto prazo, supõe-se que existem graus de liberdade suficientes para um eventual endividamento inter-regional sem freios de demanda.

Além disso, tais setores regionais direcionam seu mercado para o âmbito nacional e internacional. Em outras palavras, assume-se que a região subdesenvolvida comercializa com o resto do mundo e com a outra região. Tal movimento é captado justamente pelo déficit comercial, isto é, a poupança externa, seja ela regional ou internacional. Define-se, então, S_e^S como a poupança externa regional da região subdesenvolvida. De maneira formal, normalizada pelo estoque de capital, temos que:

$$S_e^S/K = \gamma_0 - \gamma_1 u_D + \gamma_2 u_S > 0, \quad (3.17)$$

em que todos os coeficientes são positivos e u_D representa a utilização de capacidade da região desenvolvida. O efeito negativo do segundo termo surge como reflexo de uma menor pressão sob o déficit comercial oriunda de um maior nível atividade na região desenvolvida. Portanto, diferentemente da outra região, a atividade da região desenvolvida é determinante para o saldo comercial da região subdesenvolvida, oriundo também de um maior tamanho de mercado da outra região. Por sua vez, o sinal final resulta de uma característica estrutural de periferia de saldo comercial deficitário com a outra região.

Já a poupança externa internacional da região subdesenvolvida, S_{eI}^S , normalizada

pelo estoque de capital, é dada por:

$$S_e I^S / K = \eta_0 + \eta_1 u_S - \eta_2 x_I > 0, \quad (3.18)$$

em que todos os coeficientes são positivos e o sinal final positivo reflete uma segunda relação de periferia da região.

A taxa de poupança, também normalizada pelo estoque de capital, será, portanto:

$$g^s = \frac{S}{K} = \frac{S_\pi}{K} + \frac{S_\omega}{K} + \frac{S_e^S}{K} + \frac{S_e I^S}{K}$$

$$g^s = \frac{S}{K} = \gamma_0 + \eta_0 - \gamma_1 u_D - \eta_2 x_I + (s_\pi \pi + \eta_1 + \gamma_2) u_S, \quad (3.19)$$

em que $S_\pi = s_\pi R$ é a poupança total dos capitalistas, S_ω é a poupança dos trabalhadores, assumida zero, e s_π é a propensão a poupar dos capitalistas.

Em equilíbrio, $g^i = g^s$. Mais formalmente:

$$\dot{u} = \lambda(g^i - g^s) = 0; \lambda > 0$$

$$\alpha_0 - \gamma_0 - \eta_0 + \gamma_1 u_D + \eta_2 x_I = [(s_\pi - \alpha_1)\pi - \alpha_2 + \eta_1 + \gamma_2] u_S$$

$$u_S^* = \frac{\alpha_0 - \gamma_0 - \eta_0 + \gamma_1 u_D + \eta_2 x_I}{\Phi} > 0 \quad (3.20)$$

em que $(s_\pi - \alpha_1)(1 - \varphi) - \alpha_2 + \eta_1 + \gamma_2 = \Phi > 0$. Definimos $s_\pi - \alpha_1 > 0$ devido ao menor vazamento de demanda agregada da região, já que trabalhadores não poupam, aumentando os efeitos de acréscimos da renda em consumo e utilização de capacidade. O produto será determinado, então, por um investimento autônomo, os efeitos da poupança externa acrescidos do multiplicador de demanda, Φ . Para que $u^* > 0$, necessita-se que $\alpha_0 - \gamma_0 - \eta_0 + \gamma_1 u_D + \eta_2 x_I > 0$.

A condição de estabilidade keynesiana permanece válida, de forma que

$$\frac{d\dot{u}}{du} = (\alpha_1 - s_\pi)(1 - \varphi) + \alpha_2 - \eta_1 - \gamma_2 = -\Phi < 0.$$

Para a taxa de crescimento da região, substitui-se (3.20) em (3.16). De tal forma, temos:

$$g_S = \alpha_0 + (\alpha_1(1 - \varphi) + \alpha_2) \frac{(\alpha_0 - \gamma_0 - \eta_0 + \gamma_1 u_D + \eta_2 x_I)}{\Phi} \quad (3.21)$$

Já para análise do regime de demanda da região em questão, é observada a inclinação da curva da utilização da capacidade com relação ao *wage-share*. Para isso, deriva-se (3.20) com relação a φ :

$$\frac{du^*}{d\varphi} = \frac{1}{\Phi} \left(\gamma_1 \frac{\partial u_D}{\partial \varphi} + u^*(s_\pi - \alpha_1) \right) \leq 0. \quad (3.22)$$

Como $(s_\pi - \alpha_1) > 0$, o segundo termo entre parênteses do lado direito da equação (13) sempre será positivo. Já o primeiro termo tem sinal a definir. Se o regime de demanda da região desenvolvida for *profit-led*, então, *a priori*, o regime de demanda é indefinido. Caso a derivada seja negativa, o regime será *profit-led*. Caso contrário, *wage-led*. Sobre o primeiro termo, dado o menor vazamento de demanda causado tanto pela maior propensão a consumir oriunda de: 1) efeito demonstração; e 2) maior inelasticidade do consumo em níveis mais baixos de renda, é razoável pensar que aumentos no tamanho de mercados oligopolísticos via utilização da capacidade influenciam mais o investimento futuro do que a sensibilidade deste à variações na taxa de lucro para a demanda interna. Já com relação à poupança externa, supõe-se que, devido ao menor nível de renda absoluto, aumentos de renda dos trabalhadores têm uma parcela considerável do efeito direcionada para bens *non-tradables*, principalmente serviços essenciais antes não disponíveis para essas parcelas de renda. Tal aspecto, portanto, não agravaria, *a priori*, problemas de saldos comerciais. Na formalização, obtem-se um menor γ_1 , portanto. Assim, apesar do sinal negativo oriundo do regime de demanda *profit-led* da região desenvolvida, assume-se como provável que $u^*(s_\pi - \alpha_1) - \gamma_1 \frac{\partial u_D}{\partial \varphi} > 0$, o que categorizaria um regime *wage-led* para a região subdesenvolvida.

Já para obtermos o regime de acumulação da região, derivamos (3.21) com relação a φ , de forma que:

$$\frac{dg}{d\varphi} = -\alpha_1 u_S^* + (\alpha_1(1 - \varphi) + \alpha_2) \frac{du}{d\varphi} \leq 0 \quad (3.23)$$

Dessa forma, o regime de acumulação depende do regime de demanda, cujo sinal é dúbio, e do efeito negativo da taxa de lucro sobre a utilização da capacidade. O sinal final é, portanto, indefinido. Economias que apresentam uma grande resposta do investimento à taxa de lucro corrente têm maiores chances de apresentarem um regime de acumulação *profit-led*. No caso, a região subdesenvolvida é assumida como de provável regime de demanda *wage-led* devido a: i) o grande efeito marginal de consumo em contextos de acréscimos de renda ser deslocado para bens não *tradables* e ii) maior propensão a consumir dos trabalhadores devido ao efeito demonstração. Dessa forma, a região pode se beneficiar de um efeito acelerador mais forte, de forma que o segundo termo mais do que compense o efeito negativo da lucratividade na taxa de crescimento.

Os resultados gerais dos dois modelos, um para cada região, foram sumarizados na Tabela 1.

Tabela 1: Regimes de Demanda e de Acumulação

Modelos	Regimes	
	$du/d\varphi$	$dg/d\varphi$
Região Subdesenvolvida	≤ 0	≤ 0
Região Desenvolvida	< 0	< 0

Conclusão

Pretendeu-se aqui desenvolver diferentes cenários regionais de resposta a variações na distribuição de renda em um mesmo país. A discussão relacionou aspectos da literatura de Desenvolvimento Econômico e do arcabouço dos modelos kaleckianos de crescimento. Duas regiões de desiguais estados de desenvolvimento foram assumidas, uma relativamente mais subdesenvolvida e outra mais desenvolvida. Dessa forma, respostas a transferências de renda dependem do grau de *mark-up* das firmas, da própria estrutura de mercado, do grau e do caráter de competição entre as regiões e de diferentes propensões a consumir dos trabalhadores. Assumimos uma taxa de *mark-up* endógena aos custos de transporte no que se refere ao comércio inter-regional. A escolha dessa variável justifica-se como *proxy* para se analisar o ambiente econômico e suas conseqüentes externalidades para as firmas, influenciando em seu saldo comercial a respectivos desníveis de produtividade média do trabalho. As firmas atuam no sentido de protegerem seu *market share* inter-regional, de forma que um maior (menor) controle de sua taxa de *mark-up* decorre diretamente em um menor (maior) *wage share*.

Para a região subdesenvolvida, assumimos uma menor propensão a poupar dos trabalhadores derivada do efeito demonstração. Para além disso, a estrutura de mercado é assumida como de menor produtividade oriunda de um menor tamanho de mercado e menores economias de escala. Esse tratamento legitima o arquétipo clássico kaleckiano em que existem apenas duas classes, capitalistas e trabalhadores, de forma que os trabalhadores consomem toda a sua renda. Além disso, assumimos uma relação de periferia desta com uma região mais desenvolvida assumindo o papel de centro, em uma estrutura similar à consagrada pela CEPAL. O salário real é assumido como menor se comparado à outra região devido a uma também menor produtividade média do trabalho. Entretanto, tal região assume uma menor taxa de *mark-up* oriunda de maiores custos de transportes relativos. Os resultados são de um possível regime estagnacionista (regimes de demanda e de acumulação *wage-led*) (STEINDL, 1952).

Já a região desenvolvida assume um cenário em que existem trabalhadores gerenciais que apresentam uma parcela de *top wage income* e possuem uma poupança mais semelhante à dos capitalistas. Isso representa um vazamento maior de demanda agregada em um cenário de maior desigualdade entre a primeira e a segunda classe, característico de países de renda média. O regime de demanda e de acumulação são então definidos como indubitavelmente *profit-led*.

Delimita-se assim um possível descompasso de política nacional observado, já que as regiões podem obedecer a regras de acumulação diferentes no que concerne distribuição

da renda funcional.

Se retomarmos o *link* explicitado na introdução sobre as semelhanças com o caso brasileiro, tal discussão contribui para o debate de crescimento econômico. Esta leva em conta as estruturas de heterogeneidade produtiva e regional do país em questão. Assim, ao considerarmos a possibilidade de uma região relativamente mais subdesenvolvida - Nordeste - apresentar um regime de acumulação e de demanda *wage-led*, enquanto uma região relativamente mais desenvolvida - Sudeste - apresenta tais regimes como *profit-led*, abrimos a discussão para a possibilidade de regras de demanda e de acumulação opostas e contraditórias dentro de um mesmo território.

Desta forma, ao assumirmos regimes de acumulação e de demanda no mesmo país como um só, estamos possivelmente não só desconsiderando particularidades e diferenças regionais, mas, na prática, privilegiando um regime de acumulação regional em detrimento de outro. Em tempos de normalidade política e social, essa balança não tende, em geral, para as regiões mais desfavoráveis - seja por assimétricos *lobbies* políticos ou heterogêneos *economic players*. Durante o período Lula (2003-2010), transferências de renda em *prol* dos trabalhadores foram compatíveis com um cenário nacional generalizado de crescimento, em grande parte, devido a uma compensação dos lucros da região Sudeste via maiores exportações oriundas da valorização dos preços do minério de ferro e da soja. Tal fator atenuou tanto restrições externas como também o papel de periferia com o resto do mundo antes suposto na nossa própria discussão. Entretanto, em cenários de mudança do perfil de compra externa chinesa e de uma histórica volatilidade dos preços internacionais de *commodities*, é incerto supor quando esse cenário político-econômico se repetirá.

Em sua ausência, portanto, evidenciam-se ainda mais a importância de programas compensatórios para contrabalancear medidas econômicas não discricionárias desfavoráveis principalmente para a região mais subdesenvolvida. Tais medidas de políticas públicas mais igualitárias não atuam somente como formulações de políticas assistencialistas, mas possivelmente também como políticas de demanda e de crescimento econômico para tal região com diagnóstico *wage-led*. Entre alguns exemplos, destacam-se o Bolsa Família e a previdência rural como medidas já executadas e de grande importantes nesse sentido. Para além delas, outras políticas podem ser pensadas para incentivar o crescimento das regiões do país de maneira menos antagonica.

Para finalizar, em um território grande e desigual como o brasileiro, o antagonismo explicitado por Kalecki, quando utilizado para analisar tal realidade, não pode se restringir a um conflito meramente de classes. Deve, para além disso, evidenciar os grandes antagonismos regionais que marcaram todo o processo histórico de acumulação do país. É papel, portanto, da sociedade e de todos os que a permeiam pensar quais caminhos seguir com esses aspectos em vista.

Referências

- ABRAMOVITZ, M. Catch-up and convergence in the postwar growth boom and after. *Convergence of productivity: Cross-national studies and historical evidence*, p. 86–125, 1994.
- ALBUQUERQUE, E. d. M. National systems of innovation and non-oecd countries: notes about a rudimentary and tentative “typology”. *Brazilian Journal of Political Economy*, v. 19, n. 4, p. 76, 1999.
- ARAÚJO, T. B. d. Nordeste, nordestes: que nordeste. *Federalismo no Brasil: Desigualdade Regionais e Desenvolvimento*, 1995.
- ARAÚJO, T. B. D. Por uma política nacional de desenvolvimento regional. 1999.
- ARAÚJO, T. B. de; SANTOS, V. M. dos. Desigualdades regionais e nordeste em formação econômica do Brasil. 2009.
- ASIMAKOPULOS, A. A kaleckian theory of income distribution. *Canadian Journal of Economics*, p. 313–333, 1975.
- BARAN, P. A. On the political economy of backwardness. *The Manchester School*, Wiley Online Library, v. 20, n. 1, p. 66–84, 1952.
- BARBOSA-FILHO, N. H.; TAYLOR, L. Distributive and demand cycles in the us economy—a structuralist goodwin model. *Metroeconomica*, Wiley Online Library, v. 57, n. 3, p. 389–411, 2006.
- BERTUSSI, G. L.; JUNIOR, R. E. Infraestrutura de transporte e crescimento econômico no Brasil. *Journal of Transport Literature*, v. 6, n. 4, p. 101–132, 2012.
- BHADURI, A.; MARGLIN, S. Unemployment and the real wage: the economic basis for contesting political ideologies. *Cambridge journal of Economics*, v. 14, n. 4, p. 375–393, 1990.
- BIELSCHOWSKY, R. Evolución de las ideas de la cepal. *Revista de la CEPAL*, 1998.
- BLECKER, R. A. International competition, income distribution and economic growth. *Cambridge Journal of Economics*, v. 13, n. 3, p. 395–412, 1989.
- BLECKER, R. A. Distribution, demand and growth in neo-kaleckian macro-models. *Chapters*, Edward Elgar Publishing, 2002.
- BLECKER, R. A. Wage-led versus profit-led demand regimes: the long and the short of it. *Eastern Economic Association, New York, NY*. Available at: http://nw08.american.edu/~blecker/research/Blecker_LRvsSR_EEA2015.pdf, 2015.
- BOWLES, S.; BOYER, R. Wages, aggregate demand, and employment in an open economy: an empirical investigation. *Macroeconomic policy after the conservative era*, Cambridge University Press, Cambridge, p. 143–71, 1995.

- BOWLES, S.; GORDON, D.; WEISSKOPF, T. Beyond the wasteland: A democratic alternative to economic decline. 1984.
- BRUTON, H. J. Growth models and underdeveloped economies. *Journal of Political Economy*, The University of Chicago Press, v. 63, n. 4, p. 322–336, 1955.
- CARVALHO, L.; REZAI, A. Personal income inequality and aggregate demand. *Cambridge Journal of Economics*, CPES, v. 40, n. 2, p. 491–505, 2016.
- CASSETTI, M. Bargaining power, effective demand and technical progress: a kaleckian model of growth. *Cambridge Journal of Economics*, CPES, v. 27, n. 3, p. 449–464, 2003.
- DUESENBERY, J. S. Income, saving, and the theory of consumer behavior. Harvard University Press, 1949.
- DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. Being keynesian in the short term and classical in the long term: The traverse to classical long-term equilibrium. *The Manchester School*, Wiley Online Library, v. 67, n. 6, p. 684–716, 1999.
- DUTT, A. K. Stagnation, income distribution and monopoly power. *Cambridge journal of Economics*, v. 8, n. 1, p. 25–40, 1984.
- DUTT, A. K. Alternative closures again: a comment on 'growth, distribution and inflation'. *Cambridge Journal of Economics*, v. 11, n. 1, p. 75–82, 1987.
- FREEMAN, C. The 'national system of innovation' in historical perspective. *Cambridge Journal of economics*, CPES, v. 19, n. 1, p. 5–24, 1995.
- FURTADO, C. Formação de capital e desenvolvimento econômico. *Revista Brasileira de Economia*, v. 6, n. 3, p. 7–45, 1952.
- FURTADO, C. Uma política de desenvolvimento para o nordeste. *Rio de Janeiro: Imprensa Nacional*, 1959.
- FURTADO, C. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. [S.l.]: Univ of California Press, 1964.
- GERSCHENKRON, A. *Economic backwardness in historical perspective: a book of essays*. [S.l.], 1962.
- HARRIS, D. J. The price policy of firms, the level of employment and distribution of income in the short run. *Australian Economic Papers*, Wiley Online Library, v. 13, n. 22, p. 144–151, 1974.
- HARROD, R. F. An essay in dynamic theory. *The economic journal*, v. 49, n. 193, p. 14–33, 1939.
- HEIN, E. Interest rate, debt, distribution and capital accumulation in a post-kaleckian model. *Metroeconomica*, Wiley Online Library, v. 58, n. 2, p. 310–339, 2007.
- HEIN, E. *Distribution and growth after Keynes: A Post-Keynesian guide*. [S.l.]: Edward Elgar Publishing, 2014.

- HEIN, E.; TARASSOW, A. Distribution, aggregate demand and productivity growth: theory and empirical results for six oecd countries based on a post-kaleckian model. *Cambridge Journal of Economics*, Oxford University Press, v. 34, n. 4, p. 727–754, 2010.
- HIRSCHMAN, A. O. *The strategy of economic development*. [S.l.]: Westview Press Boulder, CO, 1988.
- KALDOR, N. Alternative theories of distribution. *The review of economic studies*, v. 23, n. 2, p. 83–100, 1955.
- KALDOR, N. *Causes of the slow rate of economic growth of the United Kingdom: an inaugural lecture*. [S.l.]: Cambridge University Press, 1966.
- KALDOR, N. The case for regional policies. *Scottish journal of political economy*, Wiley Online Library, v. 17, n. 3, p. 337–348, 1970.
- KALECKI, M. *Essays in the theory of economic fluctuations*. G. Allen & Unwin, ltd., 1939.
- KALECKI, M. Money and real wages. *ristampato in J. Osiatinsky ed, Collected Works of Michal Kalecki*, v. 2, p. 21–50, 1939.
- KALECKI, M. *Theory of Economic Dynamics an Easy on Cyclical and Long-run Cahnges in Capitalist Economy*. [S.l.]: Unwin Brothers Limited, 1954.
- KALECKI, M. *Selected essays on the dynamics of the capitalist economy 1933-1970*. [S.l.]: CUP Archive, 1971.
- KALECKI, M. *Essays on developing economies*. [S.l.]: Hassocks, Eng.: Harvester Press; Atlantic Highlands, NJ: Humanities Press, 1976.
- KEYNES, J. M. The general theory of employment, money and interest. *The Collected Writings*, v. 7, 1936.
- KEYNES, J. M. The "ex-ante" theory of the rate of interest. *The Economic Journal*, v. 47, n. 188, p. 663–669, 1937.
- KNIGHT, F. H. *Risk, uncertainty and profit*. [S.l.]: Courier Corporation, 2012.
- LAVOIE, M. Interest rates in post-keynesian models of growth and distribution. *Metroeconomica*, Wiley Online Library, v. 46, n. 2, p. 146–177, 1995.
- LAVOIE, M. The kaleckian model of growth and distribution and its neo-ricardian and neo-marxian critiques. *Cambridge Journal of Economics*, Oxford University Press, v. 19, n. 6, p. 789–818, 1995.
- LAVOIE, M. Real wages and unemployment with effective and notional demand for labor. *Review of Radical Political Economics*, Sage Publications, v. 35, n. 2, p. 166–182, 2003.
- LAVOIE, M. Surveying short-run and long-run stability issues with the kaleckian model of growth. *Handbook of Alternative Theories of Economic Growth*, Northampton, MA: Edward Elgar, p. 132–156, 2010.

- LAVOIE, M. The origins and evolution of the debate on wage-led and profit-led regimes. acesso em: https://www.boeckler.de/pdf/v2016_02_1_lavoie_aper.pdf, 2016.
- LAVOIE, M.; STOCKHAMMER, E. Wage-led growth: Concept, theories and policies. In: *Wage-led Growth*. [S.l.]: Springer, 2013. p. 13–39.
- LEMOS, M. B. Espaço e capital: um estudo sobre a dinâmica centro x periferia. [sn], 1988.
- LEWIS, W. A. Economic development with unlimited supplies of labour. *The manchester school*, Wiley Online Library, v. 22, n. 2, p. 139–191, 1954.
- LIMA, G. T. Endogenous technological innovation, capital accumulation and distributional dynamics. *Metroeconomica*, Wiley Online Library, v. 55, n. 4, p. 386–408, 2004.
- MARGLIN, S. A. Growth, distribution, and inflation: a centennial synthesis. *Cambridge Journal of Economics*, v. 8, n. 2, p. 115–144, 1984.
- MARGLIN, S. A.; BHADURI, A. Profit squeeze and keynesian theory. *Nicholas Kaldor and Mainstream Economics: Confrontation or Convergence*, p. 123–163, 1990.
- MICHOPOULOU, S. Financial fragility, income distribution and capital accumulation in a post-kaleckian model. *IJE*, v. 8, n. 1, p. 49–62, 2014.
- MOSLEY, P.; VERSCHOOR, A. Risk attitudes and the ‘vicious circle of poverty’. *The European journal of development research*, Springer, v. 17, n. 1, p. 59–88, 2005.
- MYINT, H. Uma interpretação do subdesenvolvimento econômico. *AGARWALA, AN; SINGH, SP A economia do subdesenvolvimento. Rio de Janeiro:[sn]*, p. 123–160, 2010.
- MYRDAL, G. *Economic theory and under-developed regions*. [S.l.], 1957.
- NAASTEPAD, C.; STORM, S. Feasible egalitarianism: demand-led growth, labour and technology. *Chapters*, Edward Elgar, 2010.
- NELL, E. Jean baptiste marglin: a comment on ‘growth, distribution and inflation’. *Cambridge Journal of Economics*, v. 9, n. 2, p. 173–178, 1985.
- NORTH, D. c. teoria da localização e crescimento econômico regional, in schwartzman, j.(org.) economia regional: textos escolhidos. *Belo horizonte: Cedeplar, Cetrede, Minter*, 1977.
- NURKSE, R. Some international aspects of the problem of economic development. *The American economic review*, v. 42, n. 2, p. 571–583, 1952.
- ONARAN, Ö.; GALANIS, G. Is aggregate demand wage-led or profit-led? a global model. *Wage-led Growth: An Equitable Strategy for Economic Recovery, Basingstoke, UK: Palgrave Macmillan*, p. 71–99, 2013.
- OREIRO, J. L.; FEIJÓ, C. A. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. *Revista de economia política*, SciELO Brasil, v. 30, n. 2, p. 219–232, 2010.

- PALLEY, T. I. Inequality and growth in neo-kaleckian and cambridge growth theory. *Review of Keynesian Economics*, Edward Elgar Publishing Ltd, v. 5, n. 2, p. 146–169, 2017.
- PAULA, L. F. de; FRITZ, B.; PRATES, D. M. *Center and Periphery in International Monetary Relations: Implications for Macroeconomic Policies in Emerging Economies*. [S.l.]: DesiguALdades. net, Research Network on Interdependent Inequalities in Latin America, 2015.
- PERROUX, F. *A economia do século XX*. [S.l.: s.n.], 1967.
- PIKETTY, T.; GOLDHAMMER, A.; GANSER, L. *Capital in the twenty-first century*. Belknap Press of Harvard University Press Cambridge, MA, 2014.
- PINTO, A. Naturaleza e implicaciones de la "heterogeneidad estructural" de la América latina. *El trimestre económico*, v. 37, n. 145 (1), p. 83–100, 1970.
- PINTO, A.; FILIPPO, A. D. Notas sobre la estrategia de la distribución y la redistribución del ingreso en América latina. *El Trimestre Económico*, v. 41, n. 162 (2), p. 357–375, 1974.
- PREBISCH, R. O desenvolvimento econômico da América latina e seus principais problemas. *Revista Brasileira de Economia*, v. 3, n. 3, p. 47–111, 1949.
- RAO, V. K. Investment, income and the multiplier in an underdeveloped economy. *Indian Economic Journal*, v. 56, n. 2, p. 56, 2008.
- RAZMI, A. Growth and distribution in low-income economies: modifying post-keynesian analysis in light of theory and history. *Review of Keynesian Economics*, Edward Elgar Publishing Ltd, v. 4, n. 4, p. 429–449, 2016.
- RESENDE, M. F. d. C.; AMADO, A. M. Liquidez internacional e ciclo reflexo: algumas observações para a América latina. *Revista de economia política*, SciELO Brasil, v. 27, n. 1, p. 41–59, 2007.
- RESENDE, M. F. d. C.; TORRES, D. A. R. National innovation system and external constraint on growth. *Revista de Economia Política*, SciELO Brasil, v. 36, n. 4, p. 748–768, 2016.
- ROBINSON, J. The pure theory of international trade. *The Review of Economic Studies*, v. 14, n. 2, p. 98–112, 1946.
- ROBINSON, J. *Essays in the theory of economic growth*. [S.l.]: Springer, 1965.
- ROSENSTEIN-RODAN, P. N. Problems of industrialisation of eastern and south-eastern Europe. *The economic journal*, v. 53, n. 210/211, p. 202–211, 1943.
- ROSTOW, W. W. The stages of economic growth. *The Economic History Review*, Wiley Online Library, v. 12, n. 1, p. 1–16, 1959.
- ROWTHORN, B. *Demand, real wages and economic growth*. [S.l.]: North East London Polytechnic, 1981.
- RYOO, S. The paradox of debt and Minsky's financial instability hypothesis. *Metroeconomica*, Wiley Online Library, v. 64, n. 1, p. 1–24, 2013.

- SAWYER, M. C. Questions for kaleckians: a response. *Review of Political Economy*, Taylor & Francis, v. 4, n. 2, p. 152–162, 1992.
- SHERMAN, H. J.; EVANS, G. R. *Macroeconomics: Keynesian, monetarist, and Marxist views*. [S.l.]: HarperCollins Publishers, 1984.
- SOLOW, R. M. A contribution to the theory of economic growth. *The quarterly journal of economics*, MIT Press, v. 70, n. 1, p. 65–94, 1956.
- STEEDMAN, I. Questions for kaleckians. *Review of Political Economy*, Taylor & Francis, v. 4, n. 2, p. 125–151, 1992.
- STEINDL, J. *Maturity and stagnation in American capitalism*. [S.l.]: NYU Press, 1952.
- STOCKHAMMER, E. Wage norms, capital accumulation, and unemployment: a post-keynesian view. *Oxford Review of Economic Policy*, Oxford Univ Press, v. 27, n. 2, p. 295–311, 2011.
- STOCKHAMMER, E. Wage-led versus profit-led demand: what have we learned? a kaleckian–minskyan view. *Review of Keynesian Economics*, Edward Elgar Publishing, v. 5, n. 1, p. 25–42, 2017.
- STOCKHAMMER, E.; ONARAN, Ö. Accumulation, distribution and employment: a structural var approach to a kaleckian macro model. *Structural Change and Economic Dynamics*, Elsevier, v. 15, n. 4, p. 421–447, 2004.
- STORM, S.; NAASTEPAD, C. Wage-led or profit-led supply: wages, productivity and investment. *Wage-Led Growth: An Equitable Strategy for Economic Recovery*, Palgrave Macmillan/ILO Basingstoke, p. 100–124, 2013.
- TAVARES, M. da C. *Acumulação de capital e industrialização no Brasil*. [S.l.]: Editora da UNICAMP, 1985.
- TAYLOR, L. *Structuralist macroeconomics: Applicable models for the third world*. [S.l.]: Basic Books New York, 1983.
- TAYLOR, L. A stagnationist model of economic growth. *Cambridge Journal of Economics*, v. 9, n. 4, p. 383–403, 1985.
- TAYLOR, L. Real and money wages, output and inflation in the semi-industrialized world. *Economica*, p. 329–353, 1990.
- TAYLOR, L.; TAYLOR, L. *Reconstructing macroeconomics: Structuralist proposals and critiques of the mainstream*. [S.l.]: Harvard University Press, 2004.
- THIRLWALL, A.; MCCOMBIE, J. Economic growth and the balance of payments constraint. *Grã-Bretanha (primeira publicação): Macmillan Press LTD*, 1994.
- TIEBOUT, C. M. Exports and regional economic growth: Rejoinder. *Journal of political economy*, The University of Chicago Press, v. 64, n. 2, p. 169–169, 1956.
- TREECK, T. V. Inequality, the crisis, and stagnation. *European Journal of Economics and Economic Policies*, Edward Elgar Publishing Ltd, v. 12, n. 2, p. 158–169, 2015.

WEBB, S. The economic theory of a legal minimum wage. *Journal of Political Economy*, The University of Chicago Press, v. 20, n. 10, p. 973–998, 1912.

WEISSKOPF, T. E. Marxian crisis theory and the rate of profit in the postwar us economy. *Cambridge Journal of Economics*, v. 3, n. 4, p. 341–378, 1979.

YOUNG, A. A. Increasing returns and economic progress. *The economic journal*, v. 38, n. 152, p. 527–542, 1928.

Anexos

ANEXO A – Desigualdade Intraclasse e Variações no Regime de Demanda

Para os efeitos da desigualdade no regime de demanda, os resultados de [Carvalho e Rezai \(2016\)](#) se mantêm. Derivando (3.22) com relação a σ :

$$\frac{d\frac{du^*}{d\varphi}}{d\sigma} = -\frac{1}{\Phi} \left(u^* + \varphi \frac{du^*}{d\varphi} \right) \frac{\partial s_\omega}{\partial \sigma} \leq 0 \quad (\text{A.1})$$

Maior desigualdade está associada a um regime ‘*profit-ledness*’. Contudo, as repercussões do efeito da desigualdade através do multiplicador são capturadas pelo segundo termo da equação: este depende do regime da demanda, inclusive tomando seu sinal. Enquanto políticas igualitárias sempre aumentam capacidade produtiva nesse modelo, seu impacto a respeito do regime da demanda permanece ambíguo. Se o regime for mais fracamente *profit-led*, i.e. $u^* > \varphi(du^*/d\varphi)$, o sinal é negativo. Ou seja, reduções da desigualdade deixariam o regime de demanda mais *wage-led*. Porém, em um caso mais fortemente *profit-led*, i.e. $u^* < \varphi(du^*/d\varphi)$, um aumento da desigualdade pessoal tem um efeito positivo no regime de demanda em questão. Observa-se que o primeiro termo representa o efeito imediato da poupança dos salários no regime da demanda.